

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IERI-UFU
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA CASTRO GASTALDI

PETRÓLEO E HEGEMONIA: a política externa estadunidense para o Oriente Médio
nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016)

UBERLÂNDIA
DEZEMBRO DE 2017

FERNANDA CASTRO GASTALDI

**PETRÓLEO E HEGEMONIA: a política externa estadunidense para o Oriente Médio
nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016)**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado
Mendonça

UBERLÂNDIA

2017

FERNANDA CASTRO GASTALDI

PETRÓLEO E HEGEMONIA: a política externa estadunidense para o Oriente Médio nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça - IERI-UFU

Orientador

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes - IERI-UFU

Membro

Prof. Dr. Wolfgang Lenk - IERI-UFU

Membro

Uberlândia (MG), 14 dezembro de 2017

Meu pai, Kleber Augusto Gastaldi,
minha mãe, Enêida Cristina Castro Gastaldi,
meu irmão, João Vítor Castro Gastaldi,
meus avós, Maria Helena e Valdomiro
Gastaldi.

Dedico a vocês este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me permitir chegar até aqui, por todo fortalecimento e consolo concedidos em momentos de necessidade, por cada experiência vivida durante essa caminhada, pelo dom da vida, pela fé.

Agradeço aos meus pais, que investiram na minha formação acadêmica e que nunca mediram esforços para que meus objetivos fossem alcançados. Sempre acreditaram em mim e fizeram tudo pela minha felicidade e conforto. Obrigada por tudo.

Agradeço ao meu irmão, pela paciência durante todo o período em que estive comigo. Por aturar as minhas crises de estresse e a luminária acesa no quarto noites inteiras. Agradeço à minha “primã” (prima e irmã), Laís Castro, que vivenciou também grande parte desses momentos. Obrigada pelo apoio de sempre.

Aos meus avós e demais familiares, agradeço por todo carinho. Sou privilegiada por ter pessoas tão incríveis fazendo parte da minha vida.

Agradeço ao meu namorado por toda paciência, por todo apoio e por entender a correria de sempre. Aos meus amigos, agradeço as ajudas nunca negadas, as idas ao cinema, os momentos de “gordice”. Aos meus colegas, agradeço a troca de experiências sempre muito proveitosa. Aos irmãos em Cristo, agradeço cada oração feita por mim.

Agradeço todo serviço prestado pela Universidade Federal de Uberlândia. Muito obrigada a todos os funcionários da limpeza e da biblioteca, à secretaria e à coordenação do curso de Relações Internacionais, à Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da minha formação e trabalharam pelo meu conforto na Universidade.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço aos docentes que contribuíram ao meu desenvolvimento acadêmico. Obrigada por todo conhecimento transmitido com dedicação, amor e responsabilidade.

Agradeço aos professores Aureo de Toledo Gomes, Wolfgang Lenk e, em especial, ao meu orientador - Filipe Almeida do Prado Mendonça - por todo o auxílio a mim concedido, por cada sugestão, cada correção e cada minuto dedicado a este trabalho.

“[...] poremos fim à espécie humana ou a humanidade renunciará à guerra?”

Bertrand Russell e Albert Einstein (1955)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Reservas comprovadas de petróleo, 2005.....	19
Figura 2. Consumo de energia por combustível, 1970-2020 (em quatrilhões de BTU)....	21
Figura 3. Oferta, consumo e importações de petróleo, 1970-2020 (em milhões de barris de petróleo por dia).....	21
Figura 4. Importações de petróleo bruto por fontes, 1999-2020 (em milhões de barris por dia).....	22
Figura 5. Quota da participação dos países do Golfo Pérsico nas exportações mundiais de petróleo (em porcentagens).....	22
Figura 6. Consumo mundial de energia por fontes, 1990-2040 (em quatrilhões de BTU).....	23
Figura 7. Consumo mundial de petróleo e outros combustíveis líquidos por regiões, 1990-2040 (em milhões de barris por dia).....	24
Figura 8. Produção de petróleo e outros combustíveis líquidos por região e tipo, 2000-2040 (em milhões de barris por dia).....	24
Figura 9. Consumo estadunidense de petróleo e outros líquidos por setores em dois casos, 1990-2040 (em milhões de barris por dia).....	25
Figura 10. A produção e o consumo de petróleo nos Estados Unidos entre 1947-2007...	27
Figura 11. O preço do barril de petróleo de 1861 a 2009.....	30
Figura 12. Renda dos principais produtores de petróleo, 1950 a 2006.....	32
Figura 13. Crescimento econômico anual per capita, 1960 a 2006.....	32
Figura 14. Crescimento econômico anual.....	33
Figura 15. Os preços e as receitas de petróleo em países selecionados, 2008.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 REFERENCIAL TEÓRICO: A estratégia norte-americana no Oriente Médio (prática e discurso).....	10
1.1 A prática: <i>divide et impera</i>.....	11
1.2 O discurso: democracia e guerra ao terror.....	13
2 PETRÓLEO E ORIENTE MÉDIO.....	19
2.1 Petróleo e segurança energética.....	20
2.2 A maldição do petróleo.....	26
3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A ARÁBIA SAUDITA... 34	34
3.1 A política externa estadunidense nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016).....	34
3.2 Relações EUA-Arábia Saudita.....	41
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

José Bento Renato Monteiro Lobato (1979), em sua obra “O Escândalo do Petróleo e do Ferro”, declarou: “Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação”. “Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo” (MONTEIRO LOBATO, 1979).

Por outro lado, segundo Juan Pablo Pérez Afonso - ex-ministro do Petróleo da Venezuela -, “é o excremento do diabo”, o qual o Rei Idris da Líbia trocava por água: “Gostaria que o seu pessoal tivesse encontrado água” (ROSS, 2015, p. 19). São diferentes percepções acerca de um único produto: petróleo, recurso natural não renovável e de suma importância ao desenvolvimento econômico.

O mercado petrolífero possui características singulares. Inelasticidade da demanda, distribuição desigual do recurso pelo globo, volatilidade dos preços e tendência à escassez são algumas delas. O futuro em relação a esse mercado é visto com pessimismo. Três fatores contribuem para essa visão: um declínio mais rápido do que o esperado na capacidade produtiva de plataformas petrolíferas existentes, decepções na busca por novas fontes e um fim próximo da chamada era do “petróleo fácil” (KLARE, 2008, p. 37).

Mudanças previstas na composição da matriz energética global amenizam maiores receios. No entanto, ao menos num futuro previsível, o produto continuará a desempenhar papel essencial nas economias contemporâneas. Portanto, a possibilidade de esgotamento faz com que o recurso seja elemento de preocupação por parte dos governantes e alvo de disputas geopolíticas.

Nesse contexto, uma região destaca-se: o Oriente Médio, caracterizado por sua posição geográfica estratégica e abundância de recursos petrolíferos. Considerado o berço da civilização, da matemática e das religiões monoteístas, o território abriga uma alta diversidade étnica e é palco de guerras e conflitos geopolíticos ao longo de sua história. A região é marcada por forte intervencionismo estadunidense e tem atraído atenção de países desenvolvidos, como o Japão, e de economias emergentes como Rússia, Índia e China (Ibid., p. 177).

Os Estados Unidos atuam na região em suas constantes tentativas de controlar o fluxo de petróleo em quantidades e preços acessíveis aos Estados. Ao longo dessas tentativas, grandes laços constituíram-se, como é o caso das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, principal ofertante mundial de petróleo e detentor do maior poder de mercado no que se refere ao produto.

O termo “hegemonia” é aqui entendido como a situação em que a competição entre os grandes poderes é tão desequilibrada que um ator pode impor suas regras e vontades nas esferas econômica, política, diplomática, militar e cultural. Ou seja, por um certo período de tempo, a potência hegemônica detém poder de fixar as regras do jogo no sistema interestatal. O *hegemon* domina como modelo econômico, como pioneiro técnico e organizacional, como indicador de tendências e, principalmente, como centro do sistema mundial de fluxos de produtos e capitais. Esse cenário concretiza-se, hoje, pela atuação dos Estados Unidos. (WALLERSTEIN, 1984; WALLERSTEIN, 2013, p. 93; HOBBSBAWM, 2007, p. 61).

Este trabalho enfatiza o século XXI, mais especificadamente os anos de governo dos presidentes estadunidenses George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016). Objetiva-se, então, examinar o vínculo existente entre petróleo e hegemonia, pela análise das relações entre Estados Unidos e o Oriente Médio, com ênfase na Arábia Saudita.

O texto estrutura-se do seguinte modo: no capítulo 1, explica-se o arcabouço teórico aplicado à análise da estratégia de política externa norte-americana para o Oriente Médio; o capítulo 2 versa sobre o mercado petrolífero internacional e as características peculiares do Oriente Médio; o capítulo 3 aborda a política externa estadunidense para o Oriente Médio nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016), especialmente no que tange às relações bilaterais entre Estados Unidos e Arábia Saudita. Por fim, na última seção estão as conclusões do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: A estratégia norte-americana no Oriente Médio (prática e discurso)

O Oriente Médio muçulmano é uma região *sui generis*, que intriga cientistas por sua trajetória histórica e aspectos político-econômicos e sociais singulares. Tornou-se mais rica sem se tornar democrática nos moldes ocidentais (ROSS, 2015, p. 292).

Localizado à margem sudoeste do *Heartland* definido por Mackinder (1919), e incluso no *Rimland* de Spykman (1942), o Oriente Médio é reconhecido como área primordial a um projeto de domínio global, com base em teorias da geoestratégia formuladas no período entreguerras. Como Mackinder, Spykman acreditava que, se o território eurasiático fosse dominado por um único ator, este acumularia capacidade de projetar poder nos oceanos Pacífico e Atlântico e, assim, cercar o Hemisfério Ocidental (SANTOS, 2009, p. 1-10; ROCHA E ALBUQUERQUE, 2014, p. 6).

Os Estados Unidos reconhecem o valor estratégico da região desde o início da hegemonia norte-americana (ao término da Segunda Guerra Mundial). Os atuais estrategistas e formuladores de políticas mantêm-se fiéis à concepção de Adolf A. Berle (influente consultor do presidente Franklin Delano Roosevelt) de que o controle das reservas energéticas do Oriente Médio propiciaria “um controle substancial do mundo”. Conseqüentemente, creem que a perda desse controle ameaçaria o projeto de dominação global norte-americano, já articulado durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Chomsky (2017), a estratégia de Berle sustenta-se ainda hoje, mesmo após mudanças significativas pelas quais o sistema internacional passou desde então (CHOMSKY, 2017, p. 62).

Dois Estados ocupam papel diferenciado na política externa estadunidense para o Oriente Médio: Arábia Saudita e Israel. Esses Estados têm semelhanças entre si, das quais se destacam duas. A primeira consiste na existência de um alinhamento condicional com a potência hegemônica. O termo "condicional" se explica pelo fato de que tanto Arábia Saudita quanto Israel eventualmente praticaram, no decorrer de seus históricos de aliança com os Estados Unidos, ações opostas aos interesses do país norte-americano. Porém, é importante destacar que o alinhamento é significativamente mais frequente do que ações contrárias aos interesses do *hegemon*. A segunda semelhança consiste no fato de ambos serem raízes de conflitos e insegurança no Oriente Médio: Arábia Saudita, por meio de sua agenda de propagação da ideologia wahabista, e Israel, pelo conflito árabe-israelense.

Paradoxalmente, a instabilidade no Oriente Médio é vista como empecilho ao alcance de objetivos da política externa norte-americana na região. Assim, relações entre os Estados

Unidos e os Estados mencionados são questionadas. No entanto, é possível afirmar que não há contradições nessas relações, porque o conflito, aparentemente, desempenha um papel essencial à preservação da hegemonia estadunidense. Uma leitura pragmática¹ da política externa norte-americana fornece bases teóricas a essa hipótese, sustentada ainda por um exame cauteloso dos possíveis resultados da paz na região e pela avaliação da estratégia de política externa de longa data adotada pelos Estados Unidos.

1.1 A prática: *divide et impera*

Historicamente, afirma Hobsbawm (2007), os impérios podem ter sido formados pela força militar e consolidados pelo terror. Contudo, para perdurar, careciam de dois principais instrumentos: “a cooperação com os interesses locais e a legitimidade do poder efetivo, em conjugação com a exploração da desunião dos adversários e dos súditos”. Essa é a estratégia denominada *divide et impera* (dividir para dominar), que consiste em manter controle sobre determinada área mediante a fragmentação das unidades de poder locais, impedindo que essas unidades mantenham-se individualmente (HOBSBAWM, 2007, p. 83).

Morgenthau (2003), mesmo em bases teóricas distintas, faz afirmações de semelhante efeito ao fornecer explicações à baixa probabilidade de que se chegue a um cenário de apaziguamento no Oriente Médio com participação estadunidense. Segundo o autor, "o desejo de apaziguamento caracteriza uma política externa que procura fazer face à ameaça de imperialismo mediante o recurso a métodos mais apropriados a uma política de manutenção do *status quo*"². Portanto, o apaziguamento é uma forma corrompida de política de acomodação, erroneamente implementada pelo equívoco de considerar uma política de imperialismo como uma política de *status quo*. Isso representa um erro de política externa ao constituir uma tentativa de conciliação com um imperialismo não reconhecido como tal (MORGENTHAU, 2003, p. 132-140).

[...] uma política de apaziguamento adotada por um dos lados pressupõe uma política de imperialismo do outro. Se dissermos que o Estado A aplica em relação ao Estado B uma política de apaziguamento, estaremos ao mesmo

¹ Baseada no realismo político defendido por autores como Raymond Aron (2002) e Hans Morgenthau (2003).

² Em âmbito internacional uma diretriz política visa sempre conservar o poder (política de *status quo*), aumentá-lo (política de imperialismo) ou demonstrá-lo (política de prestígio). Esses padrões típicos de política internacional não são excludentes, ou seja, podem ser implementados simultaneamente para atingir determinado fim (MORGENTHAU, 2003, p. 88).

tempo dizendo que o Estado B segue com respeito ao Estado A uma política de imperialismo (Ibid., p. 132).

Assim, é possível afirmar que os Estados do Oriente Médio, quando percebem intentos imperialistas por parte de seus países vizinhos e dos Estados Unidos, resistem ao processo de apaziguamento. Por outro lado, ao se analisar a política externa norte-americana, duas análises não excludentes são possíveis: o apaziguamento em nível sistêmico (entre todos os Estados do Oriente Médio) e em níveis bilaterais (entre os Estados Unidos e unidades específicas).

O apaziguamento entre todos os Estados do Oriente Médio, apesar de, à primeira vista, parecer benéfico aos Estados Unidos pela redução dos gastos empreendidos na região, ao longo prazo corroeria bases de sustentação da hegemonia norte-americana, pois propiciaria condições para o estabelecimento de políticas coordenadas mais favoráveis aos produtores de petróleo que, assim, dominariam o comércio petrolífero internacional.

Por outro lado, o apaziguamento entre um Estado X e os Estados Unidos seria benéfico do ponto de vista da política externa estadunidense. O *hegemon* estaria exercendo uma política de imperialismo sobre o território em questão, ampliando sua influência e, conseqüentemente, fortalecendo a própria hegemonia. Portanto, o cenário mais condizente aos objetivos da política externa norte-americana seria o apaziguamento a níveis bilaterais entre os Estados Unidos e os países da região, desde que esses países mantenham-se em conflito uns com os outros, o que se explica pela estratégia *divide et impera*. Assim, o ditado latino “*Inter duos litigantes, tertius gaudens*” (“Entre dois litigantes, o terceiro se alegra”) faz sentido. Os Estados Unidos tiram proveito dos conflitos para criar uma estrutura na qual os países do Oriente Médio são inseridos como “raios” do “cubo da roda” de Washington³, ou seja, mais dependentes dos Estados Unidos do que uns dos outros (ARRIGHI, 2008, p. 293-305).

Portanto, a guerra conserva papel essencial à hegemonia estadunidense, de sua formação (quando os Estados Unidos beneficiaram-se dos conflitos entre as potências europeias durante as Guerras Mundiais) aos dias atuais. Entretanto, é de suma importância que os Estados Unidos preservem a capacidade de gerenciar conflitos de acordo com seus interesses. Nesse sentido, Arábia Saudita e Israel colocam-se a favor da política externa estadunidense, e os recursos energéticos (resumidos, nesta análise, a petróleo) inserem-se na dinâmica como determinantes de tal realidade.

³ Analogia feita pelo comentarista alemão Josef Joffe para descrever as relações entre a Grã-Bretanha, a Rússia e a Áustria (os “raios”) e a Prússia de Bismarck (o “cubo da roda”).

O cenário descrito não é novidade aos *policymakers* estadunidenses. Já em 1992, Loy Henderson, embaixador estadunidense em Teerã, afirmou:

Parece quase inevitável que em algum momento no futuro os países do Oriente Médio não venham a juntar-se e decidir sobre uma política unificada que venha a ter efeitos desastrosos [...] uma continuidade e ampliação de dependência do Ocidente de petróleo do Oriente Médio poderão eventualmente colocar os consumidores europeus à mercê dos produtores da região (HENDERSON, 1992 apud YERGIN, 1992, p. 477; tradução FELDBERG, 2008, p. 43).

Em relação ao conflito árabe-israelense, a solução seria a concretização das previsões de Akcelrud (1991):

Não se requer muita perspicácia para perceber que um acordo israelo-palestino será o sinal desencadeante de um imenso e generalizado movimento popular de libertação de todo o Oriente Médio. Os privilégios feudais, os grandes negócios petrolíferos, os superlucrativos negócios da indústria bélica, os controles estratégicos, todo o complexo de exploração e dominação do Oriente Médio estará em risco no dia em que israelenses e palestinos decidirem pela “paz entre nós, guerra aos senhores” (AKCELROD, 1991, p. 73).

1.2 O discurso: democracia e guerra ao terror

Para sustentar a estratégia *divide et impera*, o *hegemon* deve apresentar justificativas plausíveis que, de maneira geral, encontram fundamentos na moral por ele própria dissipada como universalmente desejável. Tais justificativas estruturam a estratégia e encobrem seus reais intentos.

Segundo Morgenthau (2003): “O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito”. Ainda que a justificativa moral não seja condizente com os reais intentos do ato, é importante que ela se apresente. No entanto, a eficácia da ação política deve prevalecer sobre os princípios morais alegados (MORGENTHAU, 2003, p. 16-20).

Todos os países priorizam seus interesses próprios. Se eles têm o poder necessário e o objetivo visado é suficientemente importante, os países encontram meios para alcançá-lo e formas de justificá-lo (HOBSBAWM, 2007, p. 118). Assim, surge um discurso. No caso dos Estados Unidos, o discurso atual consiste em variáveis como democracia, direitos humanos,

guerra ao terror e livre mercado. Desse modo, constitui-se uma ideologia propagada internacionalmente como padrão. Em termos do discurso global, o Estado norte-americano estabelece os termos numa série de questões primordiais até mesmo à sobrevivência humana, como guerra nuclear e devastação ambiental (CHOMSKY, 2017, p. 7).

Como *hegemon*, os Estados Unidos exportam valores, padrões de comportamento, cultura e, dessa forma, são a maior potência ideocrática do mundo. De acordo com Aron (2002), toda grande potência ideocrática é imperialista⁴ e os objetivos diplomáticos são mais rigorosamente definidos quanto mais ideológico é o regime em questão, seja este regime econômico, político ou militar (ARON, 2002, p. 365-370).

Hobsbawm (2007) afirma que os impérios sempre se justificam em termos morais, “seja afirmando que promovem a disseminação (na versão deles) da civilização ou da religião entre os bárbaros, seja (na versão deles) da liberdade entre as vítimas da opressão (alheia), ou como campeões dos direitos humanos”. Segundo o autor, é possível argumentar que os Estados Unidos construíram o que se pode denominar “imperialismo dos direitos humanos”, com o alegado direito de intervenção humanitária que, de acordo com Chomsky (2017), identifica-se com o velho direito de dominação imperial (HOBSBAWM, 2007, p. 14-48; CHOMSKY, 2010, p. 277 apud CHOMSKY, 2017, p.80).

Esta seção analisa, então, dois aspectos do discurso moral estadunidense frequentemente empregados ao se tratar do Oriente Médio: democracia e guerra ao terror. Quanto à democracia, Hobsbawm (2007) assevera que os impérios fortes a preservam domesticamente. Contudo, historicamente, apenas os impérios em declínio a concederam externamente, e na menor dose possível. Assim, por exemplo, as guerras do Afeganistão e do Iraque a partir de 2001, embora se justificassem perante a opinião pública com base na destituição de regimes políticos detestáveis, não se realizaram verdadeiramente por razões humanitárias. Prova disso é que a derrocada dos governos de Saddam Hussein⁵ e do Talibã

⁴ A Guerra Fria foi marcada pela polarização entre os defensores do sistema capitalista e os simpatizantes do sistema socialista, representados respectivamente por Estados Unidos e União Soviética. A disputa por zonas de influência entre as duas superpotências mundiais desse cenário levou Aron (2002) a concluir que toda grande potência ideocrática é imperialista, fato resultante do esforço para propagar uma ideia e impor um modo específico de organização social e/ou governo fora das fronteiras nacionais. Considerando-se capitalismo e socialismo como ideologias, Estados Unidos e União Soviética eram as maiores potências ideocráticas da época. Não havia um polo mais pacífico em relação ao outro. Independentemente da ideologia adotada, as políticas de caráter imperialista implementadas pelas potências foram raízes de recorrentes conflitos. Dessa análise, tais conclusões aplicam-se aos dias de hoje: 1) As políticas imperialistas são fontes constantes de conflito; 2) Toda grande potência ideocrática é imperialista; 3) Os objetivos diplomáticos variam de acordo com os regimes, e são mais rigorosamente definidos quanto mais ideológico é o regime em questão (ARON, 2002, p. 365-370).

⁵ A guerra do Iraque é um caso singular. Foi vendida sob justificativa de autodefesa contra um suposto programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. Quando essa justificativa tornou-se insustentável, o “anseio pela democracia” passou a ser proclamado. O governo de Hussein foi derrubado, mas a democracia não

não levou ao alcance de objetivos anunciados, isto é, o estabelecimento de regimes democráticos nesses Estados (HOBSBAWM, 2007, p. 17-48).

A república democrática, constitucional e representativa é atualmente considerada a única forma de governo dominante. Qualquer Estado que possua esses atributos é oficialmente considerado superior em relação aos países que não os possuem. Entretanto, o bem-estar dos Estados nacionais não depende de qualquer tipo de arranjo institucional, por mais recomendável que este seja sob a perspectiva moral (HOBSBAWM, 2007, p. 97-100).

Ross (2015) afirma que não existe vínculo claro entre crescimento econômico e democracia. Em relação ao mercado de petróleo, por exemplo, as democracias não têm historicamente obtido sucesso muito superior às autocracias em transformar riqueza petrolífera em crescimento econômico sustentável. No concernente ao endividamento dos governos, Nooruddin (2008) defende que os produtores democráticos de petróleo tiveram problemas piores do que os produtores não democráticos. Além disso, enquanto alguns autocratas arruinam as economias de seus países, outros fazem investimentos inteligentes em crescimento de longo prazo. Situação semelhante ocorre nas democracias. Portanto, expectativas econômicas em torno de regimes democráticos eventualmente não se concretizam como o esperado (NOORUDDIN, 2008 apud ROSS, 2015, p. 279; ROSS, 2015, p. 253-255).

Ademais, é improvável que a disseminação da democracia produza os resultados desejados pela potência hegemônica. Na verdade, fatores diversos indicam que os Estados Unidos e seus aliados ocidentais tentam conter o avanço da democracia no mundo árabe. A grande maioria dos árabes enxerga Israel e os Estados Unidos como as maiores ameaças que enfrentam. E essa opinião é partilhada por 90% dos egípcios e mais de 75% dos habitantes do Oriente Médio como um todo. Os índices de aprovação de Obama chegaram a atingir o valor ínfimo de 5% no Egito. Pesquisas do Pentágono e do Ministério da Defesa britânico apontam que somente 3% dos iraquianos consideram legítimo o papel de segurança dos Estados Unidos em territórios vizinhos, menos de 1% acreditava que as forças de coalizão EUA-Reino Unido eram boas para sua segurança, e 82% opunham-se à presença das forças de coalizão no país. De fato, se a Guerra do Iraque dependesse do assentimento internacional ou doméstico, ela não teria acontecido (CENTRO DE PESQUISAS PEW, 2011 apud CHOMSKY, 2017, p. 64; WHITE, 2011 apud CHOMSKY, 2017, p. 80; KIVIMÄKI, 2015, p. 56-57).

se consolidou no país. Posteriormente, em 2007, o governo estadunidense admitiu seus reais intentos: assegurar a permanência de bases militares e o direito de operações de combate no Estado iraquiano, e privilegiar os investidores norte-americanos na exploração do sistema energético do país (CHOMSKY, 2017, p. 91).

Desse modo, caso a opinião pública pudesse influir nas decisões, os Estados Unidos não poderiam controlar a região e seriam expulsos de todo o território, o que arruinaria seus princípios fundamentais de dominação global. Portanto, a democracia faz parte dos discursos proferidos por propagandistas e ideólogos. No mundo real, porém, a elite norte-americana sente aversão à democracia fora do âmbito doméstico, fato evidente no Oriente Médio. A democracia só é apoiada quando capaz de contribuir aos objetivos sociais, políticos e econômicos dos Estados Unidos. Caso contrário, defende Chomsky (2017), se o apoio de autocratas é certo, nada mais importa (CHOMSKY, 2017, p. 64-65).

A postura do *hegemon* diante da Primavera Árabe, “apoiar as forças mais dóceis e submissas à influência e ao controle dos EUA”, evidencia tal constatação. O ponto é que o “povo” é a base de referência de todos os governos nacionais, exceto os teocráticos. Como anteriormente exposto, dada a baixa aprovação popular, não é de interesse dos Estados Unidos que o “povo” interfira em suas políticas no Oriente Médio. Portanto, a estratégia é suprimir a ameaça de um nacionalismo secular, por meio do apoio ao fundamentalismo islâmico (CHOMSKY, 2017, p. 98-101; HOBBSAWM, 2007, p. 102).

De fato, as relações privilegiadas entre Estados Unidos e Israel foram estabelecidas na configuração atual em 1967, quando Israel desferiu um ataque contra o Egito, então centro do nacionalismo secular árabe. Dessa maneira, Israel protegeu a Arábia Saudita⁶ (aliada dos Estados Unidos), naquele tempo envolvida em um conflito militar contra o Egito no Iêmen (CHOMSKY, 2017, p. 197-198).

Os ataques militares dos Estados Unidos com consequências sobre a população civil são justificados desde que atendam ao critério de análise custo/benefício, isto é, uma análise da “quantidade de sofrimento que será infligido e sangue que será derramado, e a probabilidade de que a democracia emergja do outro lado” (KINSLEY, 1987 apud CHOMSKY, 2017, p. 57).

Intervenções militares em nome da democracia são frequentemente atreladas à guerra ao terror. O terrorismo reforça o arcabouço ideológico que justifica ações: “a causa que se defende é tão justa, e a do adversário tão terrível, que todos os meios para conquistar a vitória e evitar a derrota não só são válidos como necessários” (HOBBSAWM, 2007, p. 127).

Nas três principais zonas de guerra durante doze anos de combate ao terrorismo (Iraque, Paquistão e Afeganistão), cerca de 1,3 milhão de pessoas foram mortas – número que poderia ser superior a dois milhões, e dois terços das mortes em conflitos na região foram

⁶ A Arábia Saudita é berço das doutrinas wahabistas e empenha-se em difundir tais doutrinas internacionalmente (CHOMSKY, 2017, p. 197-198).

geradas em disputas internas em que forças estrangeiras impuseram soluções. Nessas disputas domésticas, 98% das vítimas fatais foram produzidas depois que tais forças estrangeiras, com seu poderio militar, intervieram nos conflitos. Na Síria, o número de fatalidades em conflitos diretos mais do que triplicou depois que o Ocidente iniciou ataques aéreos contra o autodenominado Estado Islâmico e a CIA começou sua interferência militar indireta na guerra (PHYSICIANS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY, 2015 apud CHOMSKY, 2017, p. 312; KIVIMÄKI, 2015, p. 60).

A violência política tornou-se sistematicamente global, mediante um clima de medo que Hobsbawm (2007) considera irracional. Os grupos terroristas são relativamente pequenos, e não têm condições de causar danos volumosos ao *hegemon* ou aos seus aliados mais próximos, embora sejam reflexos de “uma crise dos sistemas tradicionais de autoridade, hegemonia e legitimidade do Ocidente e sua dissolução no Oriente e no Sul”. Portanto, na visão do autor, a guerra ao terror não é realmente uma guerra, e, sim, um problema sério de ordem pública (HOBSBAWM, 2007, p. 127-151).

Segundo Hobsbawm (2007), o que ocorre é que a política atual dos Estados Unidos tenta inventar um “inimigo” que substitua a anterior ameaça comunista para legitimar o emprego e a expansão de seu poder global. Os perigos da “guerra ao terror” não provêm dos homens-bombas muçulmanos ou do risco causado por alguns fanáticos anônimos. O perigo real do terrorismo provém do medo irracional difundido pela imprensa e por governos insensatos (Ibid.).

O objetivo político dos grupos terroristas não é o ato de matar, e, sim, a publicidade de suas ações. A estratégia adotada pelo Reino Unido em combate ao IRA era, na medida do possível, não dar nenhuma publicidade aos atos de terror e não anunciar contramedidas que seriam tomadas. E tal estratégia mostrou-se eficaz. No entanto, os estrategistas norte-americanos não a seguem. Objetivos políticos norteiam tal postura. Contudo, eventualmente indesejados efeitos colaterais são inevitáveis (Ibid., p. 149).

Chomsky (2017) constata que Bin Laden obteve enormes êxitos em suas investidas contra os Estados Unidos:

Ele afirmou repetidamente que a única maneira de expulsar os EUA do mundo islâmico e derrotar seus sátrapas era arrastar os norte-americanos para uma série de pequenas mas dispendiosas guerras que, ao fim e ao cabo, os arruinaria e os levaria à bancarrota (MARGOLIS, 2011 apud CHOMSKY, 2017, p. 28).

Os Estados Unidos, primeiro sob George W. Bush e depois Barack Obama, precipitaram-se diretamente na armadilha de Bin Laden [...] Orçamentos e gastos militares grotescamente inchados e o vício compulsivo em dívidas [...] talvez sejam o mais pernicioso legado do homem que julgou ser capaz de derrotar os Estados Unidos (Ibid.).

Estima-se que os custos das guerras de Bush e Obama no Afeganistão e no Iraque cheguem a 4,4 trilhões de dólares. Em 2011, o orçamento militar norte-americano foi maior em termos reais (ajustado à inflação) do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial (LUTZ et al. apud CHOMSKY, 2017, p. 83; CHOMSKY, 2017, p. 83).

Os ataques de 11 de Setembro custaram entre 400 e 500 mil dólares para ser executados, ao passo que a resposta militar e de segurança dos EUA e de seus aliados é da ordem de 10 milhões de vezes essa cifra (ATRAN, 2015 apud CHOMSKY, 2017, p. 314-315).

Ademais, Michael Scheuer, analista sênior da CIA responsável por rastrear os passos de Bin Laden de 1996 a 1999, escreveu que o terrorista estava determinado a alterar drasticamente as políticas do Ocidente em relação ao mundo islâmico. Nesse quesito, é possível afirmar que as políticas dos Estados Unidos estão completando a radicalização do Oriente árabe.⁷ Assim, Scheuer conclui que os Estados Unidos da América eram o único aliado indispensável de Bin Laden (SCHEUER, 2004 apud CHOMSKY, 2017, p. 28).

Situação semelhante verifica-se em relação ao autodenominado Estado Islâmico. Apesar das consequências pontuadas, os Estados Unidos não mudaram suas estratégias de combate (CHOMSKY, 2017, p. 81).

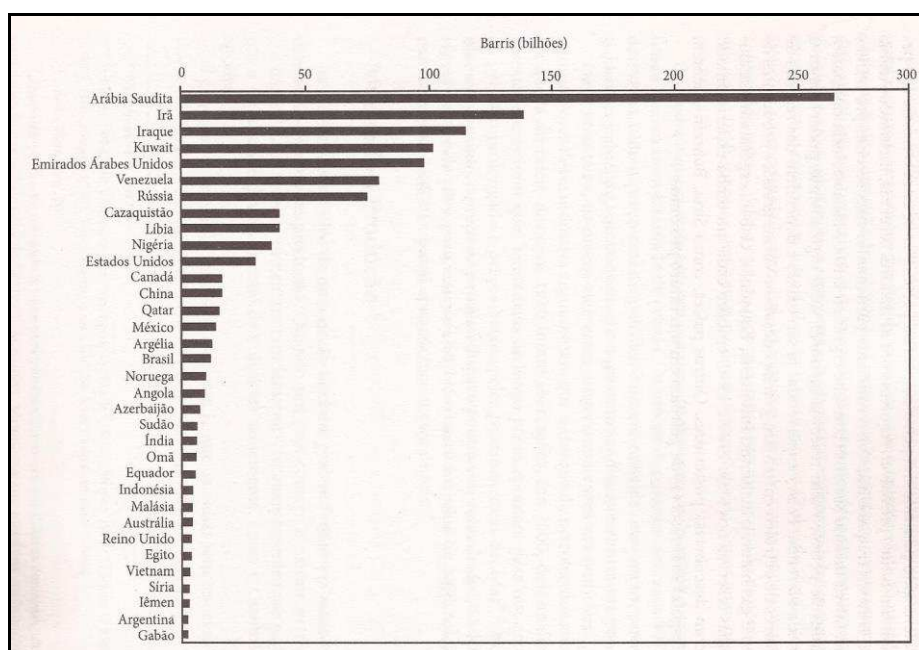
⁷ A Guerra do Iraque “gerou um atordoante aumento de sete vezes na taxa anual de ataques jihadistas fatais [...]; mesmo excluindo-se o terrorismo no Iraque e no Afeganistão, os ataques fatais no restante do mundo aumentaram em mais de um terço” (BERGEN & CRUICKSHANK, 2007 apud CHOMSKY, 2017, p. 311).

2 PETRÓLEO E ORIENTE MÉDIO

Uma região do Oriente Médio é de particular interesse: o Golfo Pérsico, território que detém a maior parcela das reservas petrolíferas conhecidas no mundo. Há forte presença econômica e militar dos Estados Unidos na região, enquanto China, Índia, Japão e Rússia procuram também maneiras de expandir influências no território (KLARE, 2008, p. 177-179).

Dados estatísticos fornecidos pela *British Petroleum*⁸ (2007) afirmam que o Golfo Pérsico possuía, em 2007, aproximadamente 737 bilhões de barris em reservas de petróleo comprovadas, isto é, cerca de 61% da oferta mundial conhecida até aquele ano. A disponibilidade de recursos energéticos, somada à uma posição geográfica estratégica, garante à região, desse modo, grande importância geopolítica (BRITISH PETROLEUM, 2007, p. 6 apud KLARE, 2008, p. 178).

Figura 1. Reservas comprovadas de petróleo, 2005



Fonte: BP (2010), extraído de Ross, 2015, p. 76.

O investimento direto estrangeiro no Oriente Médio cresceu mais de 200% entre 2001 e 2006. Em contrapartida, ativos estrangeiros de Estados do Golfo mais do que dobraram entre 2003 e 2010, com estimativas entre US\$ 1,8 e US\$ 2,4 trilhões em diversificados portfólios. Assim, evidencia-se a relevância econômica global do Oriente Médio e a

⁸ BP, *Statistic al Review of World Energy*, June 2007, p. 6.

continuidade de um papel fundamental da região num futuro previsível (MALONEY, 2010, p. 43; ROSS, 2015, p. 293).

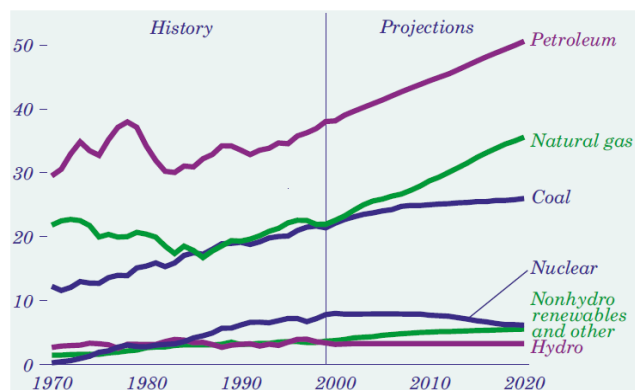
2.1 Petróleo e segurança energética

Certamente, ‘segurança energética’ é um termo em voga ao redor do globo. A interseção de tendências – aumento da demanda global por energia, temores da diminuição de oferta, crescente instabilidade em várias das regiões ricas em energia e preocupações sobre a devastação potencial futura devido às mudanças climáticas – tem feito das fontes, localização e estabilidade do suprimento energético mundial um tema comum para debate (STOKES e RAPHAEL, 2010, p. 47 apud BRAGAGLIA, 2015, p. 3).

A segurança energética, apesar de representar um termo amplo em função das mais variadas fontes de energia existentes, se resume neste trabalho à análise do mercado petrolífero internacional com ênfase nas relações entre os Estados Unidos e o Oriente Médio. Para isto foram analisados os relatórios anuais de autoria atribuída ao *Energy Information Administration* - órgão vinculado ao Departamento de Energia dos Estados Unidos. Esses documentos, portanto, norteiam as políticas energéticas executadas pelos Estados Unidos, o que justifica a escolha destes mediante uma variedade de possíveis fontes⁹. Os anos elegidos para análise foram, respectivamente, o primeiro ano do governo George W. Bush (2001) e o último ano da gestão Barack Obama (2016).

No *Annual Energy Outlook 2001 (AEO2001)* previa-se que o petróleo continuaria a satisfazer a maior parcela do consumo estadunidense por energia, e a demanda pelo produto aumentaria ininterruptamente durante o período projetado.

Figura 2. Consumo de energia por combustível, 1970-2020 (em quatrilhões de BTU)

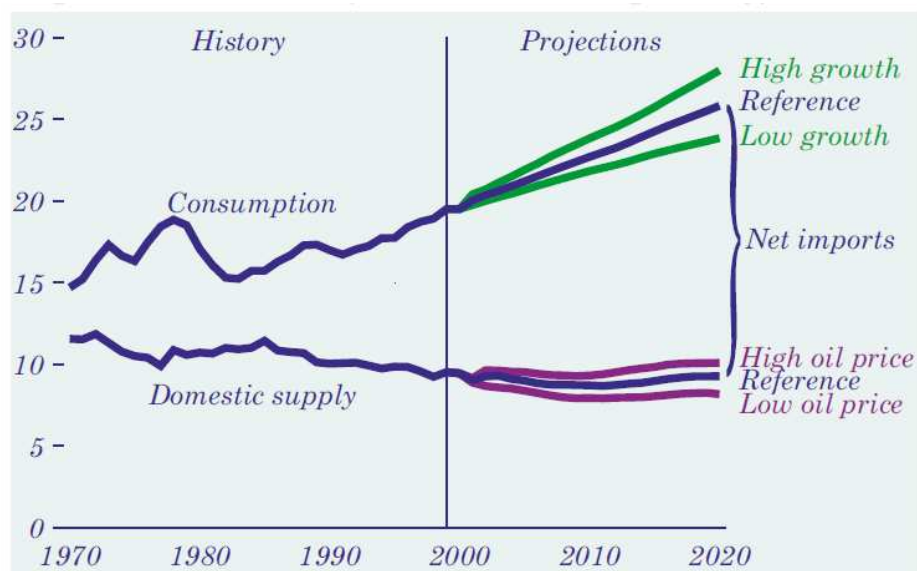


Fonte: DoE/EIA (2001, p. 4).

⁹ Como o *World Oil Outlook* (relatório anualmente publicado pela OPEP) e o *World Energy Outlook* (publicado anualmente pela Agência Internacional de Energia).

A demanda estadunidense por petróleo, dessa forma, cresceria de 19,5 milhões de barris por dia em 1999 para 25,8 milhões em 2020 - uma taxa média de aumento de 1,3% ao ano. A produção doméstica de petróleo bruto, por outro lado, tendia a declinar-se em média 0,7% ao ano. Assim, em 2020 a oferta interna estaria em torno de 9,3 milhões de barris de petróleo por dia. Para suprir a demanda projetada, as importações aumentariam do equivalente a 51% do consumo doméstico em 1999 para 64% em 2020, isto é, de 10,9 milhões de barris de petróleo por dia em 1999 para cerca de 17,4 milhões em 2020. As estimativas poderiam variar em função do preço do produto e do crescimento econômico do país nos próximos anos (DoE/EIA, 2001, p. 4-60).

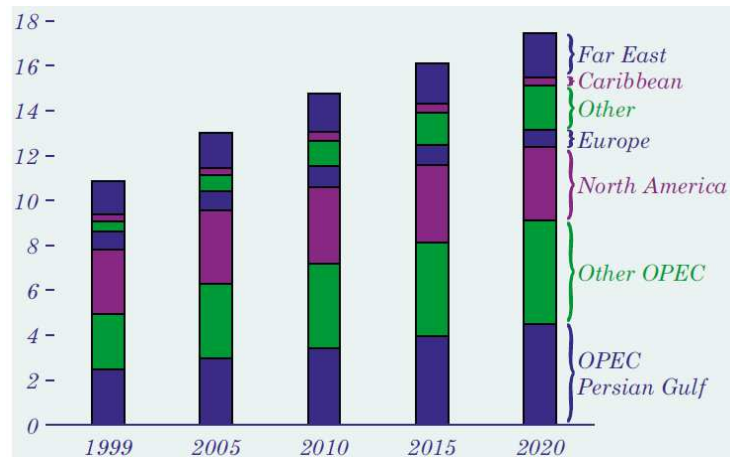
Figura 3. Oferta, consumo e importações de petróleo, 1970-2020 (em milhões de barris de petróleo por dia)



Fonte: DoE/EIA (2001, p. 88).

Esperava-se que a quota de importações de petróleo proveniente de países-membros da OPEP aumentasse gradualmente e atingisse cerca de 52% das importações totais dos Estados Unidos em 2020, como apresentado na Figura 4. Dessa porcentagem os países do Golfo Pérsico estariam a cargo de 47 a 50% do montante total (Ibid., p. 60).

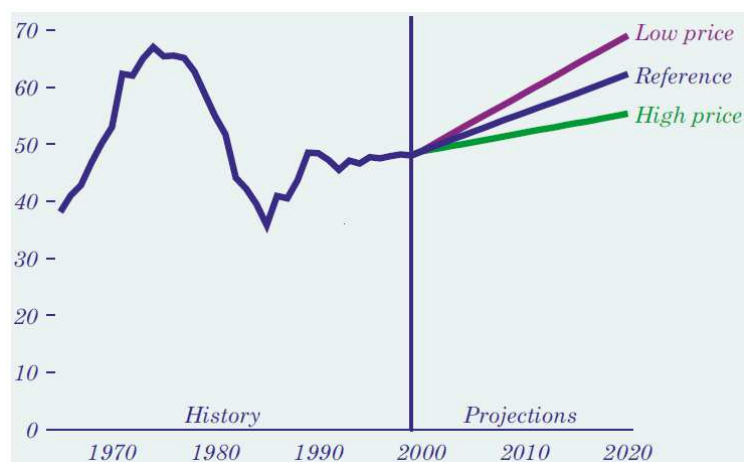
Figura 4. Importações de petróleo bruto por fontes, 1999-2020 (em milhões de barris por dia)



Fonte: DoE/EIA (2001, p. 60).

Segundo o *AEO2001*, a demanda mundial total por petróleo atingiria 117 milhões de barris por dia em 2020¹⁰. Os países da OPEP, especialmente os Estados do Golfo Pérsico, seriam a fonte principal da oferta adicional necessária. No entanto, a variação na produção de petróleo é incerta nesses países e dependeria da disponibilidade e da aceitabilidade de investimentos estrangeiros (*Ibid.*, p. 58).

Figura 5. Quota da participação dos países do Golfo Pérsico nas exportações mundiais de petróleo (em porcentagens)



Fonte: DoE/EIA (2001, p. 59).

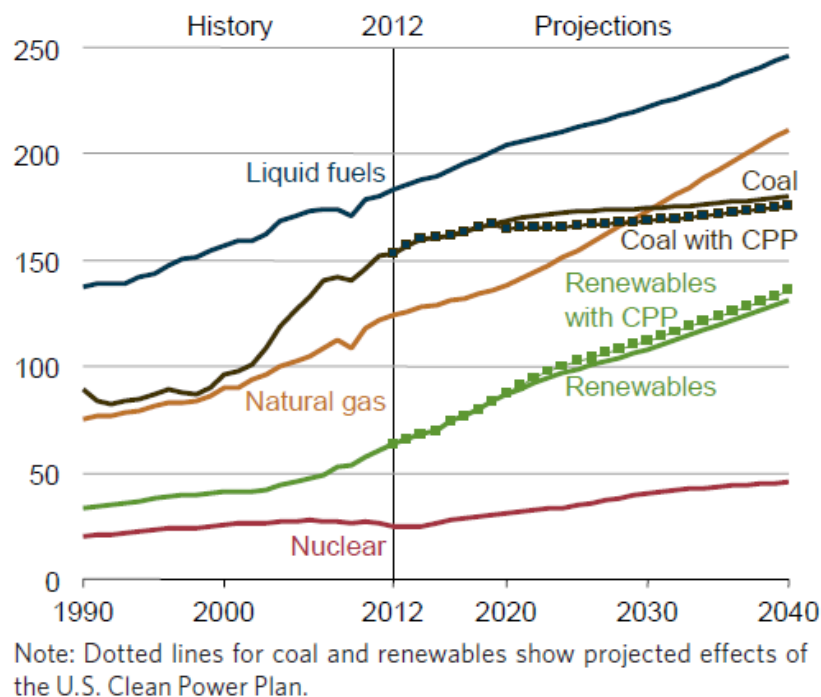
Segundo as projeções apresentadas na Figura 5, a produção de petróleo dos países do Golfo Pérsico tendia a crescer gradualmente e responder por aproximadamente 62% do

¹⁰ A estimativa varia em função do preço do produto: de 113 milhões de barris de petróleo por dia em cenário de baixos preços a 125 milhões em cenário de preços elevados (DOE/EIA, 2001, p. 58).

comércio mundial em 2020. Em cenário de baixa cotação do produto, essa porcentagem poderia exceder 69% (Ibid., p. 59).

Entre 2001 e os dias atuais avanços foram realizados no setor de energias renováveis. Segundo o *International Energy Outlook 2016 (IEO2016)*, o consumo mundial de energia renovável aumentará em média 2,6% ao ano até 2040. É a fonte de energia em mais rápido crescimento entre as demais fontes que constituem a matriz energética global. Contudo, os combustíveis fósseis (combustíveis líquidos, gás natural e carvão) ainda representarão 78% do consumo de energia em 2040. Os combustíveis líquidos, principalmente aqueles à base de petróleo, permanecerão a maior fonte de energia do mundo, respondendo por 30% do consumo global em 2040 (DoE/EIA, 2016a, p. 1).

Figura 6. Consumo mundial de energia por fontes, 1990-2040 (em quatrilhões de BTU)



Fonte: DoE/EIA (2016a, p. 1).

A demanda mundial por petróleo e outros combustíveis líquidos¹¹ aumentará de 90 milhões de barris por dia em 2012 para 100 milhões em 2020. Posteriormente o consumo permanecerá em ascensão, atingindo 121 milhões de barris de petróleo por dia em 2040. Assim, o consumo crescerá em uma média anual de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia (Ibid., p. 2-20).

¹¹ Em 2012, "outros líquidos" correspondiam a 16% do total da produção total de combustíveis líquidos. Estima-se que essa quota aumente para 18% em 2040 (DoE/EIA, 2016, p. 2).

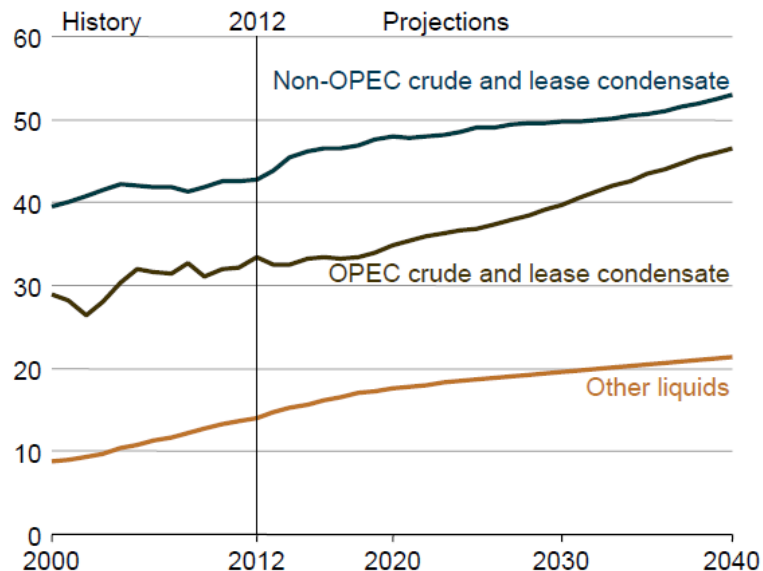
Figura 7. Consumo mundial de petróleo e outros combustíveis líquidos por regiões, 1990-2040 (em milhões de barris por dia)

Region	1990	2000	2012	2020	2030	2040	Average annual percent change	
							1990-2012	2012-2040
OECD	42.2	48.7	45.5	45.8	45.5	46.1	0.3	0.0
Americas	20.6	24.3	23.2	24.4	24.3	24.6	0.5	0.2
Europe	14.0	15.6	14.1	13.7	13.7	14.0	0.0	0.0
Asia	7.6	8.8	8.2	7.7	7.5	7.5	0.4	-0.3
Non-OECD	25.0	29.0	44.8	54.5	63.6	74.8	2.7	1.9
Europe and Eurasia	9.3	4.4	5.3	5.8	6.2	6.1	-2.5	0.5
Asia	6.6	12.5	21.5	26.7	32.2	38.9	5.5	2.1
Middle East	3.3	4.5	7.7	10.0	11.3	13.2	3.9	2.0
Africa	2.1	2.5	3.6	4.5	5.5	6.9	2.6	2.4
Americas	3.8	5.0	6.7	7.5	8.5	9.6	2.7	1.3
Total world	67.2	77.7	90.3	100.3	109.1	120.9	1.4	1.0

Fonte: DoE/EIA (2016a, p. 1).

As estimativas presumem que os países da OPEP investirão em capacidade produtiva adicional e responderão por 39 a 43% da produção mundial em 2040. Os produtores da OPEP, dessa forma, contribuirão com cerca de 13,2 milhões de barris de petróleo por dia da produção adicional necessária para atender à demanda esperada (Ibid., p. 2-20).

Figura 8. Produção de petróleo e outros combustíveis líquidos por região e tipo, 2000-2040 (em milhões de barris por dia)

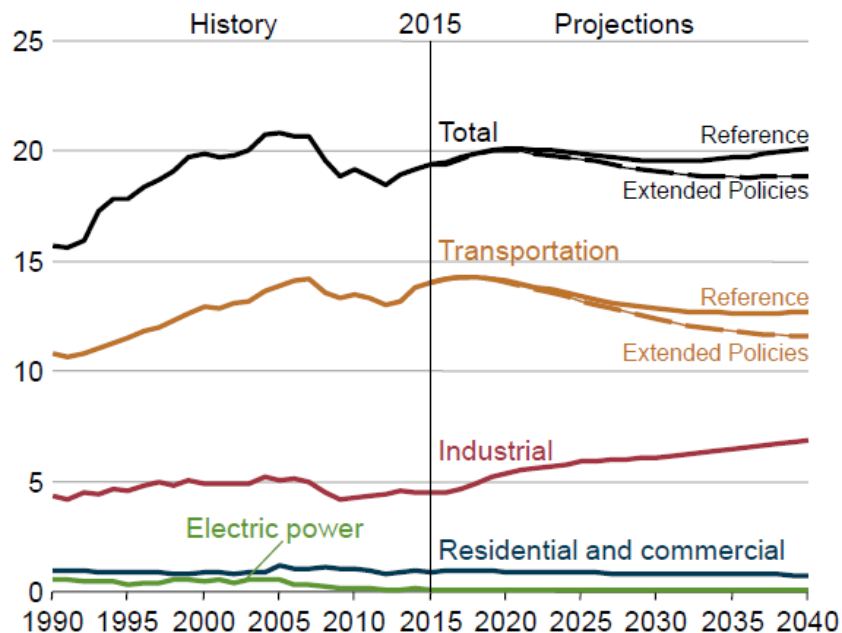


Fonte: DoE/EIA (2016a, p. 1).

Os países da OCDE têm apresentado uma desaceleração significativa da taxa de aumento do consumo de petróleo e outros combustíveis líquidos: em 2040 a demanda será de

apenas 0,6 milhão de barris de petróleo por dia a mais em comparação ao consumo de 2012. Entre os Estados-membros da OCDE, os Estados Unidos são os maiores demandantes e, de acordo com o *IEO2016* continuarão a sê-lo até 2040. Verifica-se nos Estados Unidos uma considerável redução do uso de combustíveis fósseis em veículos de passeio. Entretanto, esse declínio é moderado pelo aumento do uso de energia proveniente de combustíveis fósseis em setores nos quais as alternativas são ainda escassas, tais como veículos pesados, aeronaves e navios, além do uso industrial (Ibid., p. 24-25).

Figura 9. Consumo estadunidense de petróleo e outros líquidos por setores em dois casos, 1990-2040 (em milhões de barris por dia)



Fonte: DoE/EIA (2016b, p. MT-28).

Segundo as estimativas apresentadas no *IEO2016*, a demanda total por combustíveis líquidos nos Estados Unidos aumentará de 18,5 milhões de barris de petróleo por dia em 2012 para 19,7 milhões em 2020, e então espera-se que o consumo reduza-se a 19,3 milhões em 2040 (DoE/EIA, 2016a, p. 24-25). As estimativas, contudo, dependem de futuras variações no preço do petróleo e no desenvolvimento tecnológico. Essas variações são em grande medida imprevisíveis e, por isso, certamente as estimativas serão revistas e modificadas nos próximos anos.

2.2 A maldição do petróleo

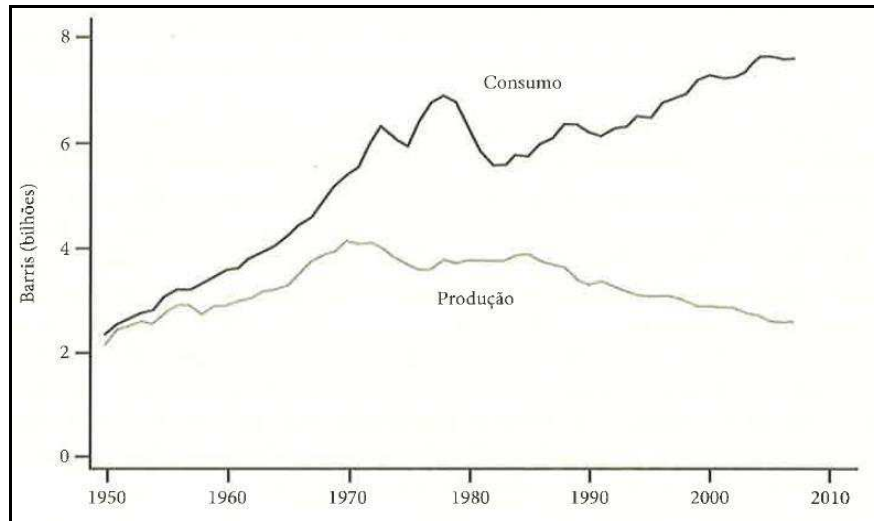
O petróleo é um recurso natural não renovável e sujeito à escassez. A produtividade dos campos existentes tende a reduzir com a diminuição do volume de petróleo presente nas reservas conhecidas, enquanto os custos de exploração e refinamento tendem a aumentar. Ainda que a um ritmo mais lento em comparação às décadas precedentes, o consumo absoluto global de petróleo elevar-se-á.

Novas fontes vêm sendo descobertas, porém não tendem a ser exploradas em todo seu potencial, dadas as dificuldades políticas, ambientais e geográficas presentes nas localidades em que frequentemente são encontradas. Soma-se a isso o problema de que a exploração de novas plataformas exige altos investimentos iniciais. Entretanto, o petróleo passa atualmente por um período de baixa cotação no comércio internacional e conseqüente falta de incentivo a investimentos no setor.

Assim, é previsível que haja, em determinado momento, desequilíbrio (ou estimativas de desequilíbrio) entre consumo e oferta. Isso implicará aumento do preço e um novo ciclo de valorização do produto. A instabilidade no comércio internacional de petróleo é fator recorrente e persistirá até o esgotamento da *commodity*, e seu preço chegou ao ponto de atingir mais que o dobro nas últimas três décadas. E cabe ressaltar que, no caso do mercado petrolífero, fatores políticos podem causar flutuações nos preços, mesmo que oferta e demanda permaneçam constantes – questão abordada adiante (MORAN e RUSSELL, 2009, p. 6).

De 1860 até meados dos anos 1970, os Estados Unidos eram o líder mundial tanto na produção quanto no consumo de petróleo. No entanto, em outubro de 1970, a produção estadunidense atingiu seu ápice histórico e começou a decair. Por outro lado, o consumo norte-americano continuou crescendo rapidamente. Dessa forma, as importações estadunidenses dobraram entre 1969 e 1973. Conseqüentemente, os Estados Unidos perderam o status de produtor “*swing*”, isto é, produtor com o poder de balançar o mercado. Hoje, o país não possui uma produção que lhe garanta a autossuficiência, embora investimentos massivos vêm sendo realizados no setor petrolífero doméstico com relativo sucesso no que se refere à redução das importações (ROSS, 2015, p. 72-73).

Figura 10. A produção e o consumo de petróleo nos Estados Unidos entre 1947-2007



Fonte: Energy Information Administration. Extraído de: Ross (2015, p. 73).

Os países detentores de grandes reservas petrolíferas, de maneira geral, não se encontram entre os mais ricos ou mais desenvolvidos do mundo, nem adquiriram prestígio internacional para controlar o sistema financeiro global ou desenvolver supremacia militar. Possuem o recurso-chave do desenvolvimento das economias contemporâneas e, no entanto, são submetidos à hegemonia de uma potência comparativamente carente de tal recurso.

Acerca dessa questão, Ross (2015) busca respostas sobre esse crescimento relativamente baixo das economias centradas na comercialização do petróleo, analisando características peculiares do mercado petrolífero que intensificam receios em relação à segurança energética internacional. A expressão “maldição dos recursos naturais” foi empregada pela primeira vez na imprensa pelo geógrafo econômico Richard Auty, em 1993, e passou a ser adotada popularmente a fim de descrever os problemas enfrentados pelos países ricos em recursos naturais.

Ross (2015) utiliza o termo “maldição do petróleo” para restringir a análise exclusivamente ao petróleo, mais especificamente aos países de média e baixa rendas produtores da *commodity*. Segundo o autor, no caso de indústrias estatais, enquanto o petróleo estimula as receitas governamentais, ele pode prejudicar outras indústrias do setor privado e trazer enclaves ao desenvolvimento interno.

A exploração e a produção de petróleo são intensivas em capital.¹² Além disso, as companhias de petróleo compram relativamente poucos insumos de empresas locais, pois

¹² Petróleo e gás natural representam cerca de 90% do PIB da Arábia Saudita. No entanto, os setores de minerais e petróleo empregam somente 1,6% da força de trabalho ativa, isto é, 0,35% da população total.

necessitam de equipamentos altamente especializados, fabricados em países de alta renda. Prejuízos à agricultura e à manufatura também se apresentam em razão da elevação das taxas de câmbio reais devido à entrada de divisas provenientes da exportação do petróleo. Dessa forma, torna-se mais barato importar bens manufaturados e produtos agrícolas do que os produzir domesticamente (ROSS, 2015, p. 63-68).

Ademais, dificuldades impõem-se à inserção de países de baixa e média rendas no mercado petrolífero, dados os altos investimentos iniciais em infraestrutura e equipamentos exigidos à extração do petróleo. Os países em desenvolvimento cobrem quase 60% da massa terrestre do mundo (excluindo-se a Antártida), mas recebem menos de 20% do investimento estrangeiro direto em extração e mineração de petróleo. Por outro lado, Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia abarcam apenas 25% da área continental do mundo e detêm quase 75% do investimento estrangeiro direto em extração e mineração de petróleo. Isso ocorre especialmente devido à insegurança dos investidores em relação às economias emergentes, em razão de fatores diversos, entre os quais estão a baixa eficiência percebida dos governos, a falta de transparência das receitas de petróleo originárias nesses países e a instabilidade econômica resultante da volatilidade dos preços do petróleo (Ibid., p. 36).

Entretanto, de 1998 a 2006, o número de países produtores de petróleo¹³ aumentou de 38 para 57, quase todos de média e baixa rendas. Consequentemente, a renda média dos países produtores de petróleo caiu drasticamente (de cerca de US\$ 5.200 per capita, em 1998, para apenas US\$ 3.000, em 2004), o que indica que as fronteiras do petróleo estenderam-se para países cada vez mais pobres (Ibid., p. 27-38).

As receitas advindas do petróleo são caracterizadas por seu tamanho excepcionalmente grande. As empresas do ramo petrolífero podem auferir lucros e rendas acima dos custos de produção, que já incluem uma faixa normal de retorno sobre o capital investido. Aos governos, um possível resultado é o que se poderia chamar “sobrecarga burocrática”, ou seja, as receitas de um governo expandem-se mais rapidamente do que a sua capacidade de gerenciá-las de maneira eficiente (Ibid., p. 45-271).

O problema é que os países produtores de petróleo necessitam de instituições excepcionalmente fortes para que tenham um bom desempenho. É comum, portanto, que a renda do petróleo não contribua com a eficácia do governo conforme o esperado. Porém, não é possível afirmar que as instituições dos países produtores sejam essencialmente fracas; cabe considerar variações nas dificuldades das suas funções (Ibid.).

¹³ Ross (2015) considera que um país se classifica como “produtor de petróleo” se gerou pelo menos US\$ 100 per capita (em dólares de 2000) em renda de petróleo e gás natural em um determinado ano (ROSS, 2015, p. 19).

A variável mais importante para se compreender a instabilidade do mercado petrolífero é a volatilidade dos preços e, conseqüentemente, das receitas do petróleo. Desde 1970, o preço dessa *commodity* mudou em média 26,5% ao ano. A onda de nacionalizações das indústrias nos anos 1960 e 1970, o fim do sistema Bretton Woods para taxas de câmbio fixas e fornecimentos cada vez mais limitados são fatores que contribuíram para a volatilidade dos preços, que chegaram a triplicar entre 1973 e 1974 (Ibid., p.70-74).

Houve ainda um aumento posterior entre 1978 e 1979, quando os preços duplicaram. Em moeda da época, o preço do petróleo subiu de US\$ 1,80 o barril, em 1970, para mais de US\$ 36 em 1980. Porém, de 1980 a 1986, o preço real do petróleo caiu em mais de dois terços, pois o governo saudita aumentou sua produção, ao mesmo tempo em que os países ocidentais reduziram seus consumos (Ibid.).

De 1986 a 1999, os preços estabilizaram-se. Entretanto, no novo milênio, o preço do petróleo disparou, aumentando de US\$ 10 o barril, em janeiro de 1999, para mais de US\$ 145 o barril em julho de 2008. Apenas cinco meses depois, o preço colapsou para menos de US\$ 40 o barril (Ibid.).

Já na primeira metade de 2014, o preço do barril de petróleo estava acima de US\$ 100. Posteriormente, caiu significativamente, atingindo US\$ 22,48 em janeiro de 2016 (OPEP, 2016, p. 342).

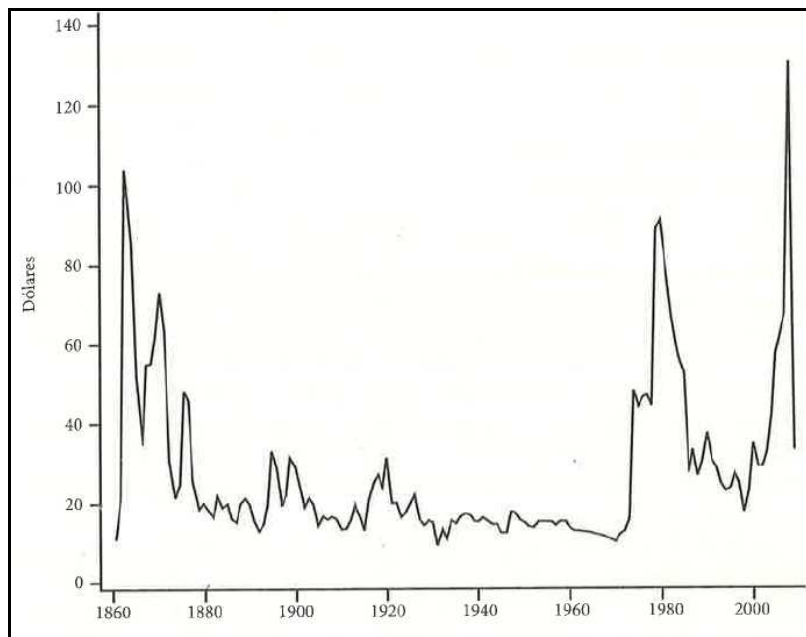
O Relatório do Clube de Roma intitulado “Os Limites do Crescimento”, de 1972, previa que *commodities* primárias tornar-se-iam cada vez mais escassas nas décadas seguintes, privilegiando os países ricos em recursos no sistema internacional. Dessa forma, países produtores de petróleo adquiriram maior poder de barganha política (ROSS, 2015, p. 74).

Assim, “o petróleo foi usado como ‘arma’ no passado e seu preço (juntamente ao do gás natural) é reflexo de uma gama de pressões políticas [...]”. Grupos terroristas promoveram cerca de 330 ataques contra instalações para extração de petróleo e gás natural ao redor do mundo, no período de 1990 a 2005. Ademais, Estados usam, com frequência e de maneira eficiente, alterações no preço e na oferta de petróleo como barganha e retaliação política. Portanto, a volatilidade de preços traduz-se, em determinadas situações, em instabilidade política (MORAN e RUSSELL, 2009, p. 9; PASCUAL e ZAMBETAKIS, 2010, p. 11; traduções nossas).

Esse cenário expressa-se claramente pela análise das variações nos preços da *commodity* entre os anos 2002 e 2009. No início de 2002, o preço do barril de petróleo era de US\$ 21. Em março de 2003, o preço aumentou para US\$ 29 em função do início da guerra no

Iraque. Em resposta à reeleição de Bush, em 2005, o preço do barril subiu para US\$ 48 e atingiu o ápice em julho de 2008: US\$ 145 (aumento de mais de 500% em relação ao preço vigente no início de 2002). Como resultado da recessão proveniente da crise econômica mundial de 2008, os preços voltaram a diminuir, estabilizando-se em torno de US\$ 50 em 2009 (PASCUAL e ZAMBETAKIS, 2010, p. 11).

Figura 11. O preço do barril de petróleo de 1861 a 2009



Fonte: BP 2010. Extraído de ROSS, 2015, p. 71.

Obs.: Os preços do petróleo estão em dólares constantes de 2005.

A instabilidade das receitas do petróleo não é explicada somente pela volatilidade dos preços. Termos definidos por contratos entre governos e companhias petrolíferas e mudanças no ritmo de produção podem também acentuar ou amenizar flutuações. Diante disso, a volatilidade pode prejudicar o crescimento econômico ao criar incertezas acerca do futuro, o que desencoraja os investimentos do setor privado. E é importante ressaltar que essa volatilidade é mais prejudicial aos países de baixa renda, que possuem mercados financeiros menos sofisticados que os países desenvolvidos e, portanto, menos capazes de proteger investidores contra riscos (ROSS, 2015, p. 69-260).

É evidente que a riqueza do petróleo é predominantemente um problema dos países de baixa e média rendas, e não dos países ricos e industrializados. Isso cria o que Ross (2015) denomina “ironia da riqueza do petróleo”: os países mais necessitados são os menos propensos a beneficiar-se de sua própria riqueza geológica (Ibid., p. 20).

Grandes possuidores de recursos petrolíferos com baixo PIB per capita são alvos atrativos de ataques externos ou internos. Já países com baixa vulnerabilidade dos direitos de propriedade privada, um elevado índice de democracia, uma alta avaliação no que se refere à Transparência Internacional e um baixo índice Gini tendem a não ser susceptíveis a pressões internas ou violência internacional (SINGER, 2008, p. 317-322).

Portanto, a riqueza do petróleo não afeta todos os países igualmente. Diferentes tipos de produtores são vulneráveis a diferentes tipos de problema, mesmo quando comparados Estados com o mesmo nível de desenvolvimento. No entanto, “a ironia da riqueza do petróleo” é real: os países com os maiores déficits econômicos e sociais são os mais vulneráveis à maldição do petróleo (ROSS, 2015, p. 289-292).

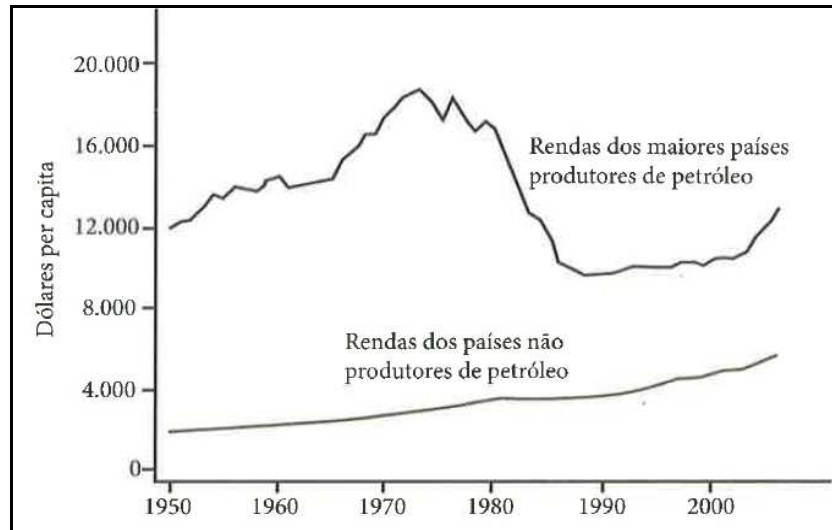
Porém, é importante ressaltar que essa maldição é, muitas vezes, superestimada. Os países com uma riqueza significativa de petróleo quase certamente terão governos maiores e mais bem financiados que seus vizinhos pobres em petróleo. Conseqüentemente, os Estados ricos em petróleo possuirão maior capacidade para aumentar o estoque de bens públicos, como saúde e educação, gerando crescimento econômico e melhoria no bem-estar social (Ibid., p. 284).

No concernente a esse aspecto, Ross (2015) explica a verdadeira essência da maldição:

[...] o petróleo normalmente não leva a um crescimento econômico mais lento, ineficácia burocrática, níveis de corrupção involuntariamente altos ou índices de desenvolvimento humano anormalmente baixos. O crescimento econômico nos países produtores de petróleo tem sido irregular, mas não mais rápido ou mais lento do que o crescimento econômico em outros países. O verdadeiro enigma é por que os países produtores de petróleo tiveram taxas de crescimento normais quando deveriam ter tido um crescimento econômico mais rápido que o normal devido à sua enorme riqueza natural (ROSS, 2015, p. 241-242).

O crescimento econômico nos países produtores de petróleo foi extraordinariamente volátil, mas não demasiadamente lento. Esses países apresentaram períodos alternados de crescimento econômico: de 1960 a 1973, cresceram mais rapidamente que os outros países; de 1974 a 1989, tiveram crescimento mais lento; e, por fim, de 1990 a 2006, tornaram a crescer mais rapidamente. Quando comparados à média para todo o período de 1960 a 2006, os Estados produtores e os não produtores tiveram taxas de crescimento praticamente idênticas (Ibid., p. 241-250).

Figura 12. Renda dos principais produtores de petróleo, 1950 a 2006



Fonte: calculado a partir de dados de Maddison (2009). Extraído de ROSS, 2015, p. 245.

A linha superior do gráfico representa a renda per capita média dos treze maiores produtores de petróleo e gás natural nas décadas de 1960, 1970 e 1980, fora da América do Norte e da Europa: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Omã, Trinidad e Tobago e Venezuela. A linha inferior, por sua vez, inclui todos os outros países em desenvolvimento, e a renda foi medida em dólares constantes de 2007.

Figura 13. Crescimento econômico anual per capita, 1960 a 2006

	Países não produtores	Países produtores	Diferença
Todos os países			
1960 – 2006	1,76	1,67	- 0,09
1960-1973	2,77	4,5	1,72***
1974-1989	1,14	0,22	- 0,93***
1990 – 2006	1,45	2,04	0,59**
Unicamente países em desenvolvimento			
1960 – 2006	1,56	1,54	- 0,02
1960-1973	2,34	4,67	2,33***
1974-1989	0,97	- 0,38	-1,35***
1990 – 2006	1,42	2,24	0,82***
*Significativo a 10%, em um teste t unicaudal			
**Significativo a 5%			
***Significativo a 1%			
Fonte: calculado a partir de dados coletados em Maddison, 2009.			

Fonte: Extraído de Ross (2015, p. 242).

Figura 14. Crescimento econômico anual

	Países produtores	Não produtores	Diferença
Todos os países			
1960-2006	3,72	4,05	0,33**
1960-73	5,06	8,21	3,15***
1974-89	3,25	2,83	-0,42*
1990-2006	3,02	3,81	0,79***

	Países produtores	Não produtores	Diferença
Unicamente países em desenvolvimento			
1960-2006	3,97	4,63	0,66***
1960-73	4,96	9,07	4,11***
1974-89	3,43	2,95	-0,48*
1990-2006	3,58	4,62	1,05***

*Significativo a 10%, em um teste t unicaudal
**Significativo a 5%
***Significativo a 1%
Fonte: calculado a partir de dados coletados em Maddison, 2009.

Fonte: Extraído de Ross (2015, p. 257-258)

Esta figura (14) mostra o crescimento anual do PIB total, enquanto a Figura 13 mostra o crescimento anual do PIB per capita. Por meio de sua análise, percebe-se, então, que, em média, o petróleo não tem sido uma maldição econômica no sentido estrito do termo. Se assim o fosse, a Arábia Saudita estaria entre os países mais pobres do mundo. Na verdade, a Arábia Saudita é muito mais rica que os países vizinhos carentes de petróleo em seus territórios nacionais. Nesse sentido, de maneira esperada, a taxa de crescimento de um país não revela muito acerca do bem-estar de sua população (Ibid., p.250).

Segundo Ross (2015), esforços empreendidos pelos Estados Unidos na busca pela diversificação de suas fontes de petróleo não têm melhorado a segurança energética do país ou reduzido sua dependência em relação a países politicamente conturbados do Oriente Médio. Em vez disso, essa estratégia está fazendo com que a maldição dos recursos naturais espalhe-se para novos países (Ibid., p. 21).

3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A ARÁBIA SAUDITA

3.1 A política externa estadunidense nos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016)

Em 2001, o presidente George W. Bush ascendeu ao poder. No Oriente Médio, Washington intensificou a coerção, marcando uma política externa altamente intervencionista. A estratégia adotada por Bush conserva traços característicos de gestões anteriores. Por exemplo, em agosto de 1991, o então presidente George H. W. Bush (o “Bush pai”) encaminhou o relatório *A National Security Strategy for the United States* (Uma Estratégia de Segurança Nacional para os Estados Unidos) ao Congresso. Esse documento afirmava que:

[...] Manteremos nossa capacidade de responder às exigências de proteger as instalações petrolíferas vitais, em terra e no mar, ao mesmo tempo em que trabalharemos para solucionar as tensões políticas, sociais e econômicas que podem ameaçar o livre fluxo de petróleo. A estabilidade da região do Golfo, que contém dois terços das reservas mundiais conhecidas de petróleo, é do nosso interesse fundamental (NSSR, 1991 apud FUSER, 2008, p. 200).

Em 1992, o então secretário de Defesa, Dick Cheney, formou um grupo de trabalho sob a coordenação de Paul Wolfowitz (na época, subsecretário) para repensar a posição dos Estados Unidos no cenário mundial após a vitória na Guerra do Golfo e a dissolução da União Soviética. Uma cópia da versão original do documento produzido, um esboço do *Defense Planning Guidance* (Roteiro para o Planejamento da Defesa), foi parar nas mãos do jornalista Patrick Tyler, que a publicou (sem permissão) no jornal *The New York Times* (FUSER, 2008, p. 196).

O texto afirmava que o primeiro objetivo dos Estados Unidos em política externa era prevenir o ressurgimento de um novo rival, impedindo que qualquer potência hostil dominasse alguma região cujos recursos fossem suficientes para gerar um poderio global. O esboço declarava, ainda, que os Estados Unidos deveriam estar preparados para agir unilateralmente em defesa de seus interesses, quando necessário, recorrendo até mesmo a ataques preventivos contra rivais. O mais importante é que o texto afirmou que a noção de ordem mundial era, em última instância, sustentada pelos Estados Unidos. Devido a isso, o documento provocou protestos dentro e fora dos Estados Unidos. O Pentágono então abrandou a versão final do texto, eliminando o apelo à dominação global (Ibid.; TYLER, 1992).

Em 1993, Bill Clinton foi eleito, e a política externa de seu governo reforçou a prioridade estratégica do controle das fontes externas de petróleo. O então Secretário de Defesa, William Cohen, afirmou na sua *Quadrennial Defense Review* (Revisão Quadri-anual de Defesa) que os interesses vitais dos Estados Unidos deveriam ser defendidos por todos os meios, “inclusive, quando necessário, o uso unilateral do poderio militar”. Entre os interesses considerados vitais, foi incluída a garantia do “acesso desimpedido a mercados chaves, suprimentos de energia e recursos estratégicos” (FUSER, 2008, p. 200-201; QDR, 1997).

Em setembro de 2000, em meio à campanha eleitoral, o documento *Rebuild America's Defense* (Reconstruindo as Defesas da América), preparado pelo grupo de estrategistas republicanos *Project for a New American Century*, ou PNAC, retomou as propostas do polêmico esboço de 1992. Os autores do *Rebuild America's Defense* afirmaram que “os Estados Unidos são a única superpotência no mundo” e que “a grande estratégia da América deve ter como meta preservar e ampliar essa posição vantajosa pelo maior tempo possível no futuro” (FUSER, 2008, p. 197; PNAC, 2000).

Em ambos os governos, George H. W. Bush e Bill Clinton, percebe-se a clara reafirmação dos princípios da Doutrina Carter sobre a defesa “pela força militar, se necessário”, do interesse vital dos Estados Unidos em relação ao acesso às fontes de petróleo do Golfo Pérsico. Segundo Fuser (2008), a guinada direitista do governo republicano iniciada em 2001 não representa, portanto, uma mudança radical nas estratégias de defesa de interesses nacionais estadunidenses (FUSER, 2008, p. 198-202).

Contudo, houve uma mudança significativa (ainda que não radical) no discurso oficial estadunidense com a divulgação, em 30 de setembro de 2001, da Revisão Quadri-anual de Defesa. Nesse documento, o secretário Rumsfeld vincula o “acesso aos mercados-chave e aos recursos estratégicos” à intenção de reforçar a capacidade estadunidense de ‘projeção de força’. Assim, áreas produtoras de petróleo no exterior foram classificadas como “pontos críticos”, propensos a uma invasão norte-americana. Desse modo, em relação ao Golfo Pérsico, a política externa de Bush filho diferencia-se das políticas precedentes por atribuir importância qualitativamente maior ao controle do mercado petrolífero (QDR, 2001; FUSER, 2008, p. 198-202). Portanto, o ponto central da chamada Doutrina Bush é reconhecer explicitamente o petróleo do Golfo Pérsico como um instrumento fundamental ao exercício e à conquista da hegemonia norte-americana (FUSER, 2008, p. 204).

Em maio de 2001, a *National Energy Policy*, ou NEP (Política Nacional de Energia), foi anunciada por Bush. O documento, que se tornou conhecido como Relatório Cheney, admitia que a economia norte-americana continuaria a consumir uma parcela desproporcional

dos recursos naturais do planeta: “nos próximos vinte anos o consumo de petróleo dos EUA vai crescer 33%, o consumo de gás natural mais de 50% e a demanda por eletricidade crescerá 45%”. Assim, previa-se uma “defasagem cada vez maior”, dado que a produção de petróleo dos Estados Unidos em 2008 era 39% menor do que a de 1970 (NEP, 2001; FUSER, 2008, p. 208-209).

O Relatório Cheney conclui que, se as tendências fossem mantidas, os Estados Unidos importariam dois terços do seu consumo de petróleo em vinte anos. Portanto, o governo necessitaria de um maior envolvimento no esforço para ampliar a oferta global de suprimentos de petróleo e gás natural (NEP, 2001).

Frente a essa constatação, o mencionado relatório defende, em primeiro lugar, a redução do crescimento da dependência norte-americana do petróleo importado pelo aumento da produção doméstica, embora não se visasse à autossuficiência. Em segundo lugar, a NEP apresenta sua meta mais importante: a busca por fontes adicionais de petróleo em outros lugares do mundo. Far-se-ia necessária a abertura de novas áreas para exploração e desenvolvimento, pela remoção de obstáculos políticos, econômicos, logísticos e legais ao acesso às fontes de petróleo no exterior. Desse modo, era recomendada a abertura das economias aos investimentos estrangeiros no setor petrolífero, objetivando a revogação total ou parcial de leis adotadas durante o período de nacionalização das concessões petrolíferas (Ibid.; FUSER, 2008, p. 208-209).

Embora a política externa de Bush conserve traços significativos das gestões precedentes, algumas particularidades são evidentes. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 exigiram do governo norte-americano novas estratégias e uma nova postura perante a comunidade internacional. O governo Bush adotou uma política externa agressiva e declaradamente unilateral. Diretrizes estratégicas ganharam caráter oficial através da *National Security Strategy of the United States of America* (Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América), texto enviado por Bush ao Senado em 20 de setembro de 2002. Em meio a esse contexto, tratados internacionais e organizações multilaterais foram relegadas a um segundo plano (NSS, 2002; FUSER, 2008, p. 199).

O governo reivindicou o direito de lançar ataques preemptivos contra qualquer país hostil que possuísse armas de destruição em massa. No plano econômico, o presidente defendeu uma maior liberdade para os negócios norte-americanos e expôs o intuito de estender os “mercados livres e o livre comércio para cada canto do mundo” e promover a “alocação eficiente de recursos” (NSS, 2002; FUSER, 2008, p. 199).

Aqueles que desafiassem determinados padrões de comportamento estabelecidos por Washington sofreriam represálias a critério do *hegemon*. E esse conjunto de diretrizes estabelecidas pela Estratégia de Segurança Nacional tornou-se conhecido como a Doutrina Bush (NSS, 2002; FUSER, 2008, p. 199).

A Doutrina foi reforçada em janeiro de 2003, quando Bush definiu o chamado “eixo do mal”, composto por Iraque, Irã e Coreia do Norte. Esses países foram classificados como inimigos prioritários e, portanto, sujeitos a tornar-se alvo de ataques preventivos ou preemptivos executados pelos Estados Unidos (FUSER, 2008, p. 199). Nesse contexto, Afeganistão e Iraque foram alvos da diplomacia coercitiva de Washington, e seus territórios foram invadidos, respectivamente, em 2001 e 2003 (Ibid.).

É importante mencionar a existência de uma ligação entre a Política Nacional de Energia (Relatório Cheney) e a Estratégia de Segurança Nacional (Doutrina Bush). Segundo Igor Fuser (2008, p. 213):

Se os Estados Unidos pretendem exercer, como propõe a Doutrina Bush, uma posição de hegemonia mundial incontestável, uma peça essencial nesse projeto é a capacidade de influenciar a distribuição dos suprimentos de energia, cada vez mais escassos, aos demais países do mundo - e, ao mesmo tempo, a de impedir que esses recursos caiam em mãos de rivais.

Klare (2004), a respeito dessa questão, afirma que uma estratégia de duas frentes direciona a política externa dos Estados Unidos. A primeira frente destina-se a assegurar o acesso a mais petróleo proveniente do resto do mundo. A segunda, por sua vez, consiste em reforçar a capacidade de intervenção norte-americana. Preocupações em relação à segurança energética originam a primeira frente, enquanto a segunda é motivada pela segurança militar (KLARE, 2004).

À medida que se intensifica a dependência dos Estados Unidos e da economia mundial em relação ao petróleo, aumenta-se a importância da força militar para garantir os fluxos desse recurso em quantidade e preços acessíveis aos países importadores. E o resultado é, então, uma fusão entre segurança militar e segurança energética (e, conseqüentemente, entre as duas frentes estratégicas) na composição de um projeto único de dominação norte-americana no século XXI (FUSER, 2008, p. 213; KLARE, 2004).

O Iraque representa uma comprovação empírica da visão defendida por Klare (2004). As sanções econômicas, em vigor desde a invasão do Kuwait em 1990, eram prejudiciais aos interesses dos Estados Unidos, porque restringiam o ingresso do petróleo iraquiano no mercado norte-americano e a exploração das reservas existentes naquele país num contexto de

oferta cada vez mais escassa de petróleo¹⁴. Apesar de evidentes objetivos relacionados à segurança energética¹⁵, a intervenção no Iraque foi inicialmente justificada pela suposta posse de armas de destruição em massa por Saddam Hussein em meio à guerra ao terror. Ou seja, a guerra foi justificada por uma questão de segurança política e militar.

Para tanto, a intervenção armada foi o instrumento utilizado pelos Estados Unidos visando ao alcance de objetivos relacionados à segurança energética e à economia norte-americana. Dessa maneira, a guerra no Iraque é um exemplo claro da junção entre segurança energética e segurança militar na estratégia estadunidense de política externa (FUSER, 2008, p. 206-207; KLARE, 2004).

De acordo com Hobsbawm (2007), a proclamada guerra ao terror simbolizou a decisão dos Estados Unidos de afirmar uma hegemonia unilateral sobre o mundo. Uma hegemonia sem precedentes na história, pois é o único caso de um grande império que é também um grande devedor¹⁶. A Doutrina Bush, tal como anunciada em 2001, continuou a delinear políticas ao longo de toda a administração Bush. No entanto, essa estratégia foi implementada com altos custos ao Estado norte-americano (HOBBSAWM, 2007, p. 13-73).

Em agosto de 2007, foram gastos US\$ 610 bilhões na “Guerra ao Terror”, dos quais aproximadamente US\$ 450 bilhões foram destinados ao Iraque, US\$ 127 bilhões ao Afeganistão e US\$ 32 bilhões à “Operação Águia Nobre” – para proteção da pátria estadunidense (O’HANLON, 2010, p. 64).

Em 2008, o Pentágono solicitou um total de US\$ 189 bilhões para custos adicionais em operações de guerra. Dessa quantia, US\$ 142 bilhões eram destinados a operações no exterior, sendo US\$ 110 bilhões alocados ao Iraque, US\$ 26 bilhões ao Afeganistão e US\$ 6 bilhões a fins variados. Verifica-se, assim, que os gastos no Afeganistão e no Iraque entre os anos 2007 e 2008 foram muito superiores aos despendidos em segurança direta do território estadunidense (Ibid., 2010, p. 63-64).

¹⁴ Meses antes de Bush tornar-se presidente, os Estados Unidos passaram por carência de gás natural e petróleo em várias partes do país, acompanhada por apagões resultantes de falhas no suprimento de energia elétrica na Califórnia. Portanto, o fornecimento de petróleo por ofertantes externos era a maior prioridade na política externa de Bush. Segundo o Relatório Cheney, a produção doméstica estadunidense de petróleo declinará de 8,5 milhões de barris de petróleo por dia, em 2002, para 7 milhões, em 2020, enquanto, no mesmo período, o consumo aumentaria de 19,5 milhões de barris de petróleo por dia para 25,5 milhões. (KLARE, 2004)

¹⁵ Segundo o Departamento de Energia dos Estados Unidos, naquele período o Iraque era detentor da segunda maior reserva de petróleo do mundo, atrás somente da Arábia Saudita. No entanto, estimava-se que o país possuísse cerca de 200 bilhões de barris de petróleo em campos não explorados, o que, futuramente, poderia colocá-lo como líder mundial em extração e fornecimento de petróleo. (KLARE, 2004)

¹⁶ Durante o governo de Ronald Reagan, a dívida nacional triplicou. O país deixou de ser o maior credor do mundo e tornou-se o maior devedor (CHOMSKY, 2017, p. 84).

No ano seguinte, em 2009, iniciou-se o primeiro mandato do governo Barack Obama. A política externa foi um tópico relevante durante o início de sua campanha eleitoral e foi um dos fatores que contribuíram à sua nomeação como candidato pelo Partido Democrata. A declarada oposição à guerra no Iraque foi a característica que, a princípio, distinguiu-o de seus adversários. Além disso, a aproximação ao Irã e esforços no sentido de conduzir o Afeganistão à paz foram também discursos significativos, embora marcados por uma imprecisão a respeito dos métodos que seriam empregados para a concretização desses fins (LIEBERMAN, 2009, p. 830-840).

Ao avaliar a política externa dos primeiros meses da gestão Obama, Sanger (2009) descreve-a como uma “doutrina anti-Bush”. O presidente estava determinado a diferenciar-se de seu impopular antecessor, evitando realizar declarações de cunho ideológico e buscando amenizar a polarização entre os partidos Democrata e Republicano. Em política externa, eram enfatizadas as retóricas do multilateralismo e do respeito às leis internacionalmente acordadas. É importante destacar que a crise econômica de 2008 impossibilitava, a princípio, a execução de novas operações de estabilização nas proporções das que foram implementadas por Bush. Desse modo, no começo da presidência Obama, uma grande estratégia de política externa não era evidente (SANGER, 2009 apud LIEBERMAN, 2009, p. 831; LIEBERMAN, 2009, p. 831-844).

Anaz (2011) afirma que não houve mudanças significativas nas políticas para o Oriente Médio durante os dois primeiros anos do governo Obama. Segundo o autor, promessas de atitudes mais respeitadas em relação à soberania de outros Estados foram descartadas em favor da manutenção do *status quo*. Obama repetiu erros cometidos por Bush ao priorizar soluções militares no Afeganistão, no Iraque e na Síria, ao mesmo tempo em que ignorava fatores sociológicos que culminaram na intensificação do sentimento antiamericanista na região e no posterior surgimento do autodenominado Estado Islâmico¹⁷ (ANAZ, 2011, p. 189-191).

¹⁷ Cockburn (2015) atribui a existência do grupo a uma série de erros cometidos pelos Estados Unidos e seus aliados nos últimos anos. No Iraque, Saddam Hussein - membro do Partido Baath do Iraque (de caráter laico e republicano) - foi deposto pelas forças armadas norte-americanas em 2003, como um dos resultados da guerra ao terror. Em 2006, Nouri Kamel al-Maliki ascendeu ao poder e iniciou um governo dominado pelos xiitas, que descontentava sunitas marginalizados. Na Síria, a estratégia adotada pelos Estados Unidos e seus aliados mediante a ameaça personificada na figura de Bashar-al Assad consistia em “ampliar apoio àqueles que, na oposição síria, oferecessem a melhor alternativa”. No entanto, a oposição síria era, na verdade, dominada por grupos ligados à jihad, como o nascente autodenominado Estado Islâmico (ou ISIS) e a Frente al-Nusra. Esses grupos financiaram-se pela apropriação de uma parcela significativa dos investimentos militares estadunidenses na região. A Guerra Civil na Síria contribuiu para a desestabilização do Iraque por inspirar sunitas descontentes com o governo local e com a intervenção norte-americana, o que favoreceu a associação de simpatizantes ao grupo. Em 10 de junho de 2014, o ISIS capturou Mosul, capital do norte do Iraque, e, posteriormente, avançou

Entretanto, algumas diferenças entre as políticas externas de Bush e Obama são perceptíveis. No âmbito da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2013, Obama anunciou que os principais interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio eram confrontar a agressão externa contra seus aliados e parceiros, assegurar o fluxo de energia da região para o resto do mundo, dismantelar redes terroristas e impedir o uso ou o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Entretanto, destaca-se que Obama não enfatizou valores como direitos humanos e democracia, tão frequentemente defendidos nos discursos de Bush. Provavelmente isso se deu pelo reconhecimento da fragilidade do discurso moral norte-americano perante a comunidade externa (BINNENDIJK, 2016, p. 124-125).

Importantes mudanças ocorreram no cenário internacional entre os anos de 2010 e 2015. A Primavera Árabe, a ascensão do autodenominado Estado Islâmico e o Acordo Nuclear com o Irã foram acontecimentos significativos para a política internacional. O pragmatismo e o unilateralismo permaneceram presentes nos discursos oficiais e atos praticados pelo governo norte-americano sob a gestão Obama. Em discurso proferido na 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, o presidente afirmou: “[...] eu não hesitarei em proteger meu país e seus aliados - unilateralmente e pela força - quando necessário”. De fato, os acontecimentos mencionados, combinados à recuperação da economia estadunidense, resultaram no retorno aos gastos massivos destinados à segurança no Oriente Médio (ROSENFELD, 2015; traduções nossas).

Dados apontam que, até o ano de 2010, contribuições militares “quase-permanentes” dos Estados Unidos no Golfo Pérsico custavam de 1 a 2 por cento do orçamento de defesa anual, o equivalente a um montante entre 5 e 10 bilhões de dólares por ano. Obviamente o gasto na região era muito superior ao se considerarem despesas ocasionais. Em 2010, O’Hanlon estimou que os gastos dos Estados Unidos na defesa do Golfo Pérsico, sem contar os custos de operações específicas, eram de cerca de US\$ 50 bilhões anuais (O’HANLON, 2010, p. 60).

Em 2014, o programa norte-americano de estratégia e defesa apresentado pela presidência foi desenvolvido com base nas premissas de que a Europa permaneceria estável e a ampla presença estadunidense no Oriente Médio seria suficiente para conduzir as operações antiterrorismo necessárias. Essas condições permitiriam, então, que os Estados Unidos destinassem mais recursos e esforços à região Ásia-Pacífico (DOBBINS et al., 2015, p.27).

sobre o Iraque e a Síria. O grupo superou a al-Qaeda como o mais poderoso e eficaz grupo jihadista no mundo. Territórios foram posteriormente recuperados pela ação dos governos, grupos militantes locais e Estados externos. No entanto, o ISIS “não desaparecerá facilmente” (COCKBURN, 2015).

Esperava-se que o Congresso aprovasse, nos próximos cinco anos, os gastos previstos pelas estimativas orçamentais apresentadas. Cálculos previam que os gastos com defesa até 2019 totalizariam US\$ 115 bilhões a mais do que o permitido pelo *Budget Control Act* (Lei de Controle Orçamentário), que estipulava um teto de US\$ 499 bilhões para o ano fiscal de 2016 (Ibid.).

No entanto, os conflitos entre Rússia e Ucrânia, a ascensão do autodenominado Estado Islâmico e a ameaça do programa nuclear norte-coreano foram fatores imprevistos que geraram despesas substancialmente superiores às estimadas pelo programa de defesa. Isso significa que, mesmo que o Congresso libere os solicitados US\$ 115 bilhões adicionais, esses recursos ainda serão insuficientes para suprir necessidades advindas de novas ameaças¹⁸. Atualmente, os Estados Unidos precisam lidar com desafios geograficamente difusos¹⁹, com uma disponibilidade de recursos relativamente baixa. (Ibid., p. 28).

Ainda assim, o uso de armas para garantir o predomínio estadunidense no Oriente Médio permanece a essência da política externa norte-americana para a região, especialmente no Golfo Pérsico, rico em petróleo (FUSER, 2008, p. 204).

Na essência, o cenário petrolero internacional - que tem no seu centro os países produtores do Golfo Pérsico - se tornou o terreno para o qual confluem objetivos fundamentais dos Estados Unidos em três campos diferentes: a segurança energética, a consolidação da hegemonia internacional e os interesses econômicos das empresas norte-americanas. Tamanha convergência só poderia ter implicações dramáticas para a política externa e a estratégia militar (Ibid., p. 211)

3.2 Relações EUA-Arábia Saudita

Dentre os países do Golfo Pérsico, um deles se destaca: Arábia Saudita. Principal alvo das políticas energéticas dos Estados Unidos, é elemento-chave na defesa de interesses estratégicos na região. O país possui a maior capacidade produtiva mundial no que se refere ao petróleo (13% da produção em 2003) e é o único Estado exportador atualmente capaz de

¹⁸ Diante desse contexto, tropas vêm sendo recolhidas do Afeganistão e do Iraque, ainda que não por completo. Dobbins et al. (2015) estimam que a retirada da presença militar dos Estados Unidos do Afeganistão, mantendo somente os funcionários do Departamento de Defesa responsáveis pela segurança da embaixada dos Estados Unidos, pouparia entre cinco e dez bilhões de dólares por ano aos contribuintes estadunidenses. Em suma, as operações militares no Afeganistão e no Iraque iniciadas durante o governo Bush geraram gastos massivos e, consequentemente, aumentaram os déficits orçamentários. Em função disso, o Departamento de Defesa tem enfrentado dificuldades (DOBBINS et al., 2015, p.109).

¹⁹ Coreia do Norte e Irã geram receios pela questão nuclear; a Rússia necessita ser dissuadida de suas pretensões territoriais; o autodenominado Estado Islâmico precisa ser combatido; e a China, em rápida ascensão, gera receios ao domínio norte-americano sobre o sistema econômico internacional.

aumentar sua produção durante crises globais a fim de manter a oferta e atenuar efeitos de uma elevação no preço do petróleo bruto. Por esse motivo, esse aliado garante à potência hegemônica poderio econômico sobre o Oriente Médio. Ademais, a Arábia Saudita é considerada ator importante em negociações de paz entre árabes e israelenses e no combate ao terrorismo (BRAGAGLIA, 2015; HAYNES, 2009, p. 63).

A aliança com a Arábia Saudita iniciou-se em 1933, quando a companhia estadunidense SoCal obteve, em troca de grande quantidade de dinheiro, autorização para explorar o petróleo do país por setenta anos. No fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos construíram uma base aérea em Dhahran (território saudita) e, durante a Guerra Fria, a Arábia Saudita serviu como aliado estrategicamente localizado e desempenhou papel antagonista à URSS onde os Estados Unidos não podiam marcar presença (BRAGAGLIA, 2015, p. 19; FUSER, 2008, p. 83-218).

Ao longo da Guerra do Golfo, aproximadamente quinhentos mil soldados norte-americanos abrigaram-se na Arábia Saudita, principal plataforma terrestre para a operação militar que expulsou os iraquianos do Kuwait. No transcorrer da década de 1990, os Estados Unidos mantiveram em média cinco mil militares na Arábia Saudita e, no período de 1991 a 2000, mais de 240 mil missões individuais foram realizadas pela Força Aérea dos Estados Unidos a partir de bases em território saudita. Nesse intervalo de tempo, empresas de armamento norte-americanas venderam cerca de US\$ 40 bilhões em equipamentos militares para a Arábia Saudita, e o país tornou-se o melhor cliente estrangeiro do complexo industrial-militar estadunidense (BRAGAGLIA, 2015, p. 19; FUSER, 2008, p. 83-218).

Há, entretanto, aparentes contradições nas relações entre Arábia Saudita e Estados Unidos. Como demandante, é vantajoso aos Estados Unidos obter petróleo vasto e barato. Por outro lado, o mais benéfico à Arábia Saudita, como ofertante, seria expandir lucros pela exploração dos preços, dado seu poder de mercado.

Outro fator de divergência é a Arábia Saudita ser uma monarquia islâmica, enquanto os Estados Unidos posicionam-se como os maiores defensores e promotores do regime democrático. Além disso, há a questão do conflito árabe-israelense, no qual Arábia Saudita assume posicionamento contrário a Israel, enquanto Estados Unidos apoiam o Estado judeu. Em síntese, verifica-se que a Arábia Saudita “tem navegado entre os marcos fixos da amizade com os Estados Unidos, a lealdade árabe, uma interpretação puritana do Islã e a consciência dos perigos internos e externos” (BRAGAGLIA, 2015, p. 25; KISSINGER, 2015, p. 140).

Nota-se, no entanto, uma relação de interdependência entre Estados Unidos e Arábia Saudita. O rendimento médio obtido para as reservas petrolíferas da Arábia Saudita, segundo

documentos oficiais, equivale a cerca de 2-3%. Isso se explica, sobretudo, pela alta proporção dos rendimentos das reservas sauditas alocada em títulos da dívida pública estadunidense. Economicamente, os investimentos nos títulos do Tesouro norte-americano são viáveis por oferecer estabilidade. No entanto, a dinâmica da distribuição mundial do capital é um processo simultaneamente econômico, militar e político. Embora seja possível obter retornos maiores em outros investimentos, a preferência da Arábia Saudita por emprestar a taxas baixas ao Estado que a protege militarmente não é irracional²⁰ (PIKETTY, 2014, p. 446).

Sobre a participação da Arábia Saudita no comércio internacional de petróleo, algumas ressalvas são importantes. Na primeira década do século XXI, foram levantados questionamentos a respeito da produção saudita, e dados técnicos sobre a exploração de petróleo no país eram mantidos em sigilo (GERTH, 2004, p. A1).

Em 2005, Matthew Simmons, presidente do banco norte-americano Simmons & Company, afirmou que:

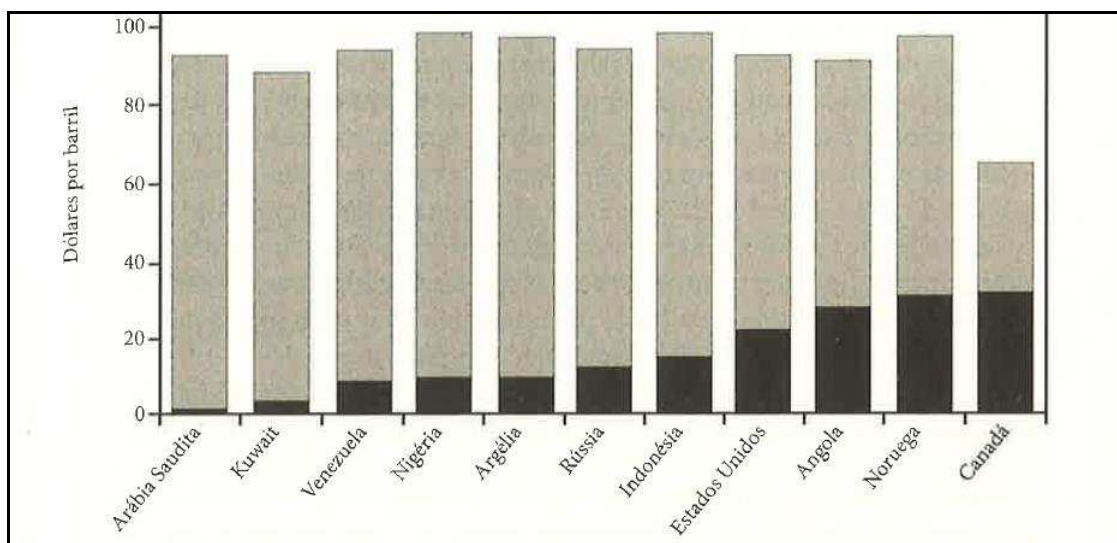
A produção saudita já alcançou ou está muito perto de alcançar o pico de seu volume sustentável [...] e vai provavelmente entrar em declínio num futuro altamente previsível [...] Os esforços sauditas de prospecção de petróleo nas últimas três décadas foram mais intensos do que a maioria dos observadores supõe. E os resultados desses esforços foram modestos, no melhor dos casos (SIMMONS, 2005, p. 3 apud FUSER, 2008, p. 233).

Klare (2005) complementa essa afirmação argumentando que “Finalmente, num futuro não muito distante, a produção saudita entrará num rápido declínio do qual não há como escapar. E, quando isso ocorrer, o mundo enfrentará uma crise de energia numa escala sem precedentes” (KLARE, 2005 apud FUSER, 2008, p. 233). Em 2004, projeções realizadas pela Agência Internacional de Energia previam que, em 2025, a produção saudita de petróleo atingiria 22,5 milhões de barris por dia. Em 2005, a previsão foi reduzida a 16,3 milhões e, em 2006, revista para 15,1 milhões de barris por dia (KLARE, 2009, p. 41).

²⁰ É importante considerar que o mercado petrolífero está inserido no sistema capitalista, em última instância, gerido pela potência hegemônica responsável por sua institucionalização e expansão pelo mundo. Nesse sentido, os Estados Unidos são gestores do sistema econômico mundial, dentro do qual o mercado de petróleo encontra-se e é dependente. Por outro lado, o petróleo é necessário ao desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, à manutenção do *status quo* que garante a continuidade do papel hegemônico desempenhado pelos Estados Unidos. Além disso, os países exportadores são, de maneira geral, dependentes da segurança fornecida a eles pelos Estados importadores mais desenvolvidos. Essa dependência consiste na compra de armamentos, treinamento de forças armadas e auxílio financeiro e militar quando necessário, dado que é de interesse dos países importadores que seus parceiros comerciais estejam seguros e operando de forma estável. Em particular, no caso da Arábia Saudita, uma desestabilização do regime provocaria consequências sistêmicas (BRAGAGLIA, 2015, p. 29-30).

Entretanto, é possível afirmar que, ainda hoje, a Arábia Saudita é o maior produtor mundial de petróleo.²¹ Outros grandes produtores, como Rússia e Venezuela, não têm a influência política proveniente de estreitos laços com a potência hegemônica. Além disso, a Arábia Saudita tem a capacidade de extrair petróleo a um custo inferior em relação a todos os demais concorrentes, o que lhe garante vantagens competitivas e o maior poder de mercado no setor. Assim, esse país desempenha papel único como “produtor *swing*” e pode afetar unilateralmente os preços globais (ROSS, 2015, p. 36).

Figura 15. Os preços e as receitas de petróleo em países selecionados, 2008



Fontes: Energy Information Administration Web, 2009; Hamilton e Clemens, 1999. Extraído de: Ross (2015, p. 55).

No gráfico apresentado, a altura das barras representa o preço do petróleo exportado por cada país em janeiro de 2008. As seções mais escuras representam os custos de extração, e as mais claras, as receitas.

No que tange às relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, é importante destacar que não se pautam em um alinhamento automático. Políticas estadunidenses de apoio a Israel contrariam interesses sauditas, assim como discursos frequentes em defesa da democracia e a recente aproximação ao Irã²².

²¹ O petróleo e o gás natural representam cerca de 90% do PIB do país (ROSS, 2015, p. 64).

²² Arábia Saudita e Irã possuem relações de longa data conturbadas. O Irã é núcleo do islamismo xiita, enquanto a Arábia Saudita é berço da vertente wahabista do Islã. Além disso, fatores geopolíticos intensificam a hostilidade nas relações interestatais. Não há conflito militar direto entre os Estados, isto é, dentro de suas fronteiras nacionais. No entanto, os países confrontam-se em diversas frentes: no Iêmen, há atualmente uma guerra entre o governo, apoiado pela Arábia Saudita, e os rebeldes houthis, ajudados pelo Irã; na Síria, o Irã apoia o presidente Bashar al-Assad, enquanto a Arábia Saudita opõe-se a ele, enviando auxílio aos rebeldes. No

Em 2011, Obama decidiu apoiar a renúncia de Hosni Mubarak, aliado dos Estados Unidos no Egito, pela alegada defesa da democracia – o que abalou a confiança da Arábia Saudita no governo norte-americano. Sobre a aproximação entre Estados Unidos e Irã, o Acordo Nuclear, firmado em 2015 após negociações diplomáticas entre Irã e o grupo P5+1 (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha), foi fortemente criticado pelo Estado saudita por receios de um demasiado crescimento da influência iraniana no mundo árabe (BINNENDIJK, 2016, p. 134).

Por outro lado, a monarquia saudita já agiu, em determinadas circunstâncias, de maneira oposta a interesses dos Estados Unidos. Exemplo disso se dá pela fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, um dos fatores que contribuíram ao declínio do oligopsonio das chamadas Sete Irmãs²³, que, ao final dos anos 1950, controlavam aproximadamente 98% do petróleo comercializado no mundo fora do bloco comunista e dos Estados Unidos. A Arábia Saudita, por razões evidentes, desempenhou papel crucial na criação dessa Organização (LEVY, 1982, apud ROSS, 2015, p. 56).

Atualmente, o país vem buscando uma diversificação de parceiros comerciais, estreitando laços com outros Estados, sendo alguns deles considerados hostis aos Estados Unidos²⁴. A Arábia Saudita e outros países da Ásia Ocidental recentemente demonstraram interesse em retirar da Europa e dos Estados Unidos parte de seus superávits e redirecioná-los para o leste e para o sul da Ásia. Tal medida é considerada, em termos potenciais, prejudicial ao domínio financeiro do Norte (ARRIGHI, 2008, p. 387).

Em retaliação a um discurso proferido em maio de 2008 pelo presidente Bush no Egito – no qual se previa o abandono de regimes autoritários no Oriente Médio em direção à democracia –, a Arábia Saudita rejeitou pedido do chefe de Estado norte-americano de ampliar a produção de petróleo para redução do preço da gasolina. Nesse sentido, a atuação da Arábia Saudita no âmbito da OPEP é, em determinadas ocasiões, motivo de descontentamento ao governo estadunidense (MALONEY, 2010, p. 53-54).

Líbano, o Irã dá suporte ao Hezbollah, considerado uma organização terrorista pela Arábia Saudita; no Iraque, ambos os Estados buscam exercer influência (BBC BRASIL, 2017).

²³ As sete empresas eram a Standard Oil de New Jersey (mais tarde Exxon), a Standard Oil da Califórnia (futura Chevron), a Anglo-Iranian Oil Company (posteriormente BP), a Mobil, a Texaco, a Gulf e a Royal Dutch Shell. Por volta de 2010, essas empresas consolidaram-se em quatro (Exxon-Mobil, BP, Shell e Chevron Texaco) e ainda estavam entre as maiores companhias de petróleo do mundo (ROSS, 2015, p. 25).

²⁴ Em 2006, o rei Abdullah concordou em visitar Pequim em sua primeira viagem ao exterior após suceder seu irmão, uma honra que tempos atrás seria concedida aos Estados Unidos. Já em fevereiro de 2007, imediatamente após criticar políticas estadunidenses em uma conferência sobre segurança internacional em Munique, Putin viajou à Riad. Na ocasião, o rei Abdullah afirmou: “Não há dúvida de que a Rússia tem um papel importante no alcance da paz”. Obviamente, essa declaração não agradou às autoridades norte-americanas (KLARE, 2008, p. 197-206; tradução nossa).

O presidente Obama visitou Riad em março de 2014 com o intuito de aprimorar relações para combate do autodenominado Estado Islâmico. No mesmo ano, o rei saudita recusou o convite de Obama para participar de uma reunião em Camp David, que tinha por objetivo tranquilizar líderes sunitas a respeito da recente aproximação entre Estados Unidos e Irã. Os Estados Unidos têm colaborado com operações militares da Arábia Saudita no Iêmen, porém as relações entre os aliados, segundo Peter Bergen (2014), nunca estiveram piores (BERGEN, 2014, apud BINNENDIJK, 2016, p. 134-135; BINNENDIJK, 2016, p. 134-135).

No que se refere à questão do terrorismo, a Arábia Saudita desempenha um papel controverso. A ideologia da Al-Qaeda e do autodenominado Estado Islâmico é uma interpretação extremada do wahabismo, ideologia oficial do país. O wahabismo consiste numa subdivisão do islamismo sunita e busca fazer o islamismo retornar às suas raízes originais, desprezando, dessa forma, ensinamentos das escolas ocidentais, relegando mulheres ao papel de cidadãs de segunda classe e hostilizando muçulmanos que não partilham de sua interpretação particular do Islã (no que se incluem, sobretudo, xiitas) (COCKBURN, 2015).

Segundo Kissinger (2015), ao financiar as chamadas “madrassas” (escolas religiosas), que pregam a doutrina wahabista pelo mundo, os sauditas cumpriram com seus deveres como muçulmanos e, ao mesmo tempo, tomaram uma medida defensiva ao fazer com que adeptos ajam como missionários no exterior – e não no interior do reino. Esse projeto, todavia, teve consequências imprevistas por alimentar um fervor jihadista que, ao final, acabaria por ameaçar o Estado saudita e seus aliados (KISSINGER, 2015, p. 143).

Um estudo de 2013, publicado pelo Parlamento Europeu com o título “O envolvimento do salafismo/wahabismo no apoio e suprimento de armas para grupos rebeldes em todo o mundo”, afirma que a Arábia Saudita tem sido grande fonte de financiamento de organizações terroristas desde os anos 1980 (COCKBURN, 2015).

Nesse sentido,

[...] a política saudita age por dois motivos contraditórios diante dos jihadistas: medo de que operem na própria Arábia Saudita e desejo de usá-los contra os poderes xiitas no exterior. Os Estados Unidos também agem de modo contraditório em relação à Arábia Saudita: medo de suporte financeiro e político que dão aos jihadistas e crença de que manter os sauditas como aliados é imprescindível para a estabilidade geopolítica na região (NASSER, 2015, p. 18-19).

É importante mencionar que a “Guerra ao Terror” foi conduzida sem nenhum confronto com a Arábia Saudita, e os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001 refletiram descontentamento por parte dos radicais acerca da presença estadunidense em solo saudita.

Ainda mais relevante é o fato de que, segundo documentos oficiais norte-americanos, o financiamento à Al-Qaeda e outros grupos jihadistas era proveniente da Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo Pérsico. Bin Laden era membro da elite saudita e 15, dentre os 19 sequestradores daquele dia, eram nacionais desse mesmo país (COCKBURN, 2015, p. 45-136).

Entretanto, 28 páginas do relatório da comissão encarregada de investigar os acontecimentos, as quais eram dedicadas às relações entre os terroristas e a Arábia Saudita, foram suprimidas em nome da “segurança nacional”, e nenhuma ação foi tomada a respeito (Ibid.). Atualmente, sabe-se que governantes sauditas deram apoio a jihadistas na tentativa de depor o presidente Bashar al-Assad, na Síria (Ibid., p. 143).

CONCLUSÃO

O petróleo é um recurso natural não-renovável, assimetricamente distribuído pelo globo e essencial ao desenvolvimento econômico. Por sua abundância em recursos petrolíferos (combinada à uma localização geográfica estratégica), o Oriente Médio é uma região de suma importância à economia global. Os Estados Unidos intervêm frequentemente na região em suas constantes tentativas de controlar o comércio internacional de petróleo. Como expressamente reconhecido pela Doutrina Bush, o controle sobre o mercado petrolífero é essencial para a preservação da hegemonia norte-americana. Assim, o Oriente Médio desempenha papel fundamental na política externa dos Estados Unidos.

Pelo exame das relações entre Estados Unidos e Oriente Médio, conclui-se que *divide et impera* é a estratégia de longa data adotada pelo *hegemon* no intuito de manter seu domínio na região. A esse quesito contribuem o conflito árabe-israelense e a ameaça terrorista, nos quais Israel e Arábia Saudita (grandes aliados dos Estados Unidos) são atores centrais. Em suma, o conflito desempenha papel fundamental na estratégia de política externa norte-americana para o Oriente Médio. E isto explica, em parte, a constante instabilidade na região. Uma ressalva é importante: não se pode atribuir a culpa de toda a instabilidade às políticas implementadas por Washington. Fatores étnicos e religiosos são também relevantes. No entanto, o conflito é elemento-chave na estratégia norte-americana e apresenta-se como realidade recorrente no Oriente Médio, em grande parte devido às políticas executadas pelos Estados Unidos.

Os recursos naturais do Oriente Médio, em especial o petróleo, se inserem na análise como alvos das políticas executadas. As relações entre Arábia Saudita e o *hegemon* consolidaram-se essencialmente devido à riqueza geológica presente nos territórios do Estado saudita. Essas relações são essenciais aos Estados Unidos em função do vínculo existente entre petróleo e hegemonia. Durante o governo George W. Bush, a constatação desse vínculo motivou uma postura assertiva do Estado norte-americano no período analisado.

Em 2001, estatísticas previam uma potencial crise energética global em função da alta dependência das economias em relação ao petróleo. Segundo o relatório *World Energy Outlook 2001*, da Agência Internacional de Energia, a demanda mundial aumentaria de 74,5 milhões de barris de petróleo por dia em 1997 para 114,7 milhões em 2020. Por outro lado, a oferta aumentaria de 75 milhões de barris de petróleo por dia em 1997 para 115 milhões em 2020. Assim, a tendência era que, em algum momento no futuro, oferta e demanda se igualassem. A partir de então, a oferta de petróleo não seria suficiente para suprir a demanda.

Assim, previsões de futuro esgotamento do petróleo moldaram a política externa estadunidense no início do século XXI e lançaram diretrizes que se mantêm nos dias atuais (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2001, p. 35-36).

Diante de uma futura crise energética em função do esgotamento das reservas petrolíferas, se concretizaria o que foi previsto por Moran e Russell (2009): acirramento das disputas em torno de recursos estratégicos, culminando na “militarização da gestão de recursos”. Diante desse cenário, conflitos de grandes proporções tenderiam a ocorrer, desestabilizando o sistema internacional (MORAN & RUSSELL, 2009; tradução nossa).

De acordo com a estratégia *divide et impera*, a fim de que a hegemonia seja preservada, a guerra deve existir continuamente. Porém, deve existir em uma medida apropriada. Ao se tratar do Oriente Médio, a guerra deve existir em intensidade suficiente para que haja dependência de importantes atores regionais em relação aos Estados Unidos, ou seja, para que potências não alcancem autonomia. Conflitos devem ainda impedir uma união regional estável e devem ser proporcionais à capacidade de intervenção estadunidense nos mesmos para que não haja descontrole. O caos total, isto é, cenário de espraiamento de grandes conflitos internacionais a uma parcela substancial do globo, possivelmente ameaçaria a continuidade da ordem internacional vigente. Portanto, segurança energética mescla-se à segurança militar no projeto de domínio norte-americano.

Até o momento, os Estados Unidos têm preservado capacidade de gerenciamento de conflitos no Oriente Médio. A grande maioria dos conflitos possui interferência direta ou indireta do *hegemon*. Entretanto, esse gerenciamento tem se mostrado cada vez mais custoso. A dívida estadunidense reflete seus massivos gastos militares e o discurso moral tem se fragilizado mediante contradições entre o que é enunciado e o que realmente se pratica.

Anos atrás, ameaças de um futuro esgotamento do petróleo resultaram em mudanças significativas na política externa norte-americana. Sabe-se hoje que as reservas petrolíferas existentes serão suficientes para suprir a demanda esperada nas próximas décadas. Preocupações foram amenizadas em função de uma mudança na composição da matriz energética global. Espera-se uma desaceleração da taxa de aumento da demanda por petróleo, devido ao deslocamento do consumo para outras fontes de energia.

As alterações previstas no consumo global de recursos energéticos evitam, no curto prazo, uma crise pelo desequilíbrio entre oferta e demanda no comércio internacional de petróleo. Entretanto, essas mudanças resultam em novos desafios aos formuladores de política externa dos Estados Unidos. Prevê-se que o consumo de petróleo dos países da OCDE será significativamente inferior se comparado ao consumo das economias emergentes. A esperada

redução das importações norte-americanas de petróleo faz com que os exportadores do produto, entre os quais se inclui a aliada Arábia Saudita, busquem alternativas ao mercado estadunidense e europeu. Assim, um novo pólo de investimentos surge na Ásia oriental, devido à ascensão econômica de países em desenvolvimento fortemente dependentes do petróleo e inclinados a oferecer rendimentos superiores aos gerados pelos títulos do Tesouro norte-americano. Portanto, o deslocamento do consumo global de petróleo para outras fontes energéticas soluciona, no curto prazo, o problema de uma iminente crise energética que ameaçaria a ordem internacional vigente. Ainda assim, não se erradicam os riscos à hegemonia norte-americana originários da questão petrolífera.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. **World Energy Outlook 2001**. Paris: OECD/IEA, 2001. Disponível em: <<http://www.iea.org/media/weowebiste/2008-1994/weo2001.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio: Origem histórica dos conflitos; Imperialismo e petróleo; Judeus, árabes, curdos e persas**. 7. ed. Campinas: Atual Editora Ltda., 1991. 81 p. (Discutindo a história).

ANAZ, Necati. Understanding the contemporary United States and European Union foreign policy in the Middle East. **Estudios Políticos**, Medellín, v. 1, n. 38, p.175-194, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/espo/n38/n38a09.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 249-468. Tradução de: Sérgio Bath.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p. Tradução de: Beatriz Medina.

BBC BRASIL. 3 perguntas para entender a 'guerra fria' entre Irã e Arábia Saudita, que ameaça desestabilizar ainda mais o Oriente Médio. **BBC Brasil**, 15 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41980960>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BINNENDIJK, Hans. **Friends, Foes, and Future Directions: U.S. Partnerships in a Turbulent World: Strategic Rethink**. Santa Monica: Rand, 2016. 164 p. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1210.html>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRAGAGLIA, Maria. **Demandantes e Ofertantes ou os Dois Lados da Moeda: Petróleo e as Relações entre EUA e Arábia Saudita**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017. 400 p. Tradução de: Renato Marques.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico.** São Paulo: Autonomia Literária, 2015. 207 p. Tradução de: Antonio Martins.

DOBBINS, James et al. **Choices for America in a Turbulent World: Strategic Rethink.** Santa Monica: Rand, 2015. 135 p. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1114.html>. Acesso em: 01 nov. 2017.

DoE/EIA. **International Energy Outlook 2016: With Projections to 2040.** Washington: EIA, 2016a. 276 p. Disponível em: <[https://www.eia.gov/outlooks/archive/ieo16/pdf/0484\(2016\).pdf](https://www.eia.gov/outlooks/archive/ieo16/pdf/0484(2016).pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Annual Energy Outlook 2016: With projections to 2040.** Washington: EIA, 2016b. 256 p. Disponível em: <[https://www.eia.gov/outlooks/archive/aeo16/pdf/0383\(2016\).pdf](https://www.eia.gov/outlooks/archive/aeo16/pdf/0383(2016).pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Annual Energy Outlook 2001: With Projections to 2020.** Washington: EIA, 2001. 258 p. Disponível em: <[https://www.eia.gov/outlooks/archive/aeo01/pdf/0383\(2001\).pdf](https://www.eia.gov/outlooks/archive/aeo01/pdf/0383(2001).pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel: Uma Aliança em Questão.** São Paulo: Hucitec, 2008. 220 p.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.** São Paulo: Unesp, 2008. 254 p. (Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais).

GERTH, Jeff. Forecast of Rising Oil Demand Challenges Tired Saudi Fields. **The New York Times**, 25 fev. 2004, p. A1.

HAYNES, Peter. Al-Qaeda, oil dependence, and US foreign policy. In: MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. (Ed.). **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009. Cap. 3. p. 62-74.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p. Tradução de: José Viegas.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 427 p. Tradução de: Cláudio Figueiredo.

KIVIMÄKI, Timo. First Do No Harm: Do Air Raids Protect Civilians?. **Middle East Policy**. Washington, p. 55-64, winter, 2015. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mepo.12157/epdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

KLARE, Michael T. Petroleum anxiety and the militarization of energy security. In: MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. (Ed.). **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009. Cap. 2. p. 39-61.

_____. **Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy**. New York: Holt Paperbacks, 2008. 339 p.

_____. **Bush-Cheney energy strategy: procuring the rest of the world's oil**. 2004. Originalmente publicado por FPIF. Disponível em: <<http://www.resilience.org/stories/2004-01-18/bush-cheney-energy-strategy-procuring-rest-world's-oil/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

LIEBERMAN, Robert C. The Politics of United States Foreign Policy under Barack Obama. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 29, n. 3, p. 829-845, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v29n3/art08.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

MALONEY, Suzanne. Energy Security in the Persian Gulf: Opportunities and Challenges. In: PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (Ed.). **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2010. Cap. 2., p. 37-58.

MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. **O Escândalo do Petróleo e do Ferro**. Brasília: Editora Brasiliense, 1979.

MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. Introduction: the militarization of energy security. In: MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. (Ed.). **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009. p. 1-18. (Routledge Global Security Studies).

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 03-198. Tradução de: Oswaldo Biato.

NASSER, Reginaldo. Apresentação: Uma semente entre as pedras. In: COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2014. p. 18-19. Tradução de: Antonio Martins.

NEP 2001. **Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future: Report of the National Energy Policy Development Group**. 2001. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/energy/2001/index.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NSS 2002. **The National Security Strategy of the United States of America**, presidente George W. Bush, 2002. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. **OPEC World Oil Outlook**. Out. 2016. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/WOO%202016.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.

O'HANLON, Michael. How Much Does the United States Spend Protecting Persian Gulf Oil? In: PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (Ed.). **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2010. Cap. 3., p. 59-72.

PASCUAL, Carlos; ZAMBETAKIS, Evie. The Geopolitics of Energy: From Security to Survival. In: PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (Ed.). **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2010. Cap. 1. p. 9-36.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p. Tradução de: Monica Baumgarten de Bolle.

PNAC 2000. **Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century**, 2000. Disponível em: <<http://www.visibility911.org/wp-content/uploads/2008/02/rebuildingamericasdefenses.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

QDR 2001. **Quadrennial Defense Review Report**. Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, secretário Donald Rumsfeld, 2001. Disponível em: <<http://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

QDR 1997. **Report of the Quadrennial Defense Review**. Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, secretário William S. Cohen, 1997. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/dod/qdr1997/index.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ROCHA, Dyego Freitas; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, n. 1, p.1-14, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/94/93>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ROSENFELD, Everett. **Obama at the UN: I won't hesitate to use force**. 2015. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2015/09/28/obama-i-lead-strongest-military-wont-hesitate-to-protect-my-nation-or-allies-with-force.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ROSS, Michael L. **A Maldição do Petróleo: Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Porto Alegre: Citadel, 2015. 318 p. Tradução de Giselle Viegas.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A Geopolítica do Médio Oriente. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2488, p.521-0, maio 2009. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=474>. Acesso em: 20 out. 2017.

SINGER, Clifford E. **Energy and International War: From Babylon to Baghdad and Beyond**. Urbana: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd., 2008. 434 p. (World Scientific Series on Energy and Resource Economics). Volume 6.

TYLER, Patrick E. U.S. **Strategy plan calls for insuring no rivals develop**. 1992. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 05 out. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendere il mondo: Introduzione all'analisi dei sistemi-mondo**. 2. ed. Trieste: Asterios Editore, 2013. 164 p. Tradução para a língua italiana: Marina Errico.

_____. **The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations** (1984).